



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2025

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por meio da **SECRETARIA ESTADUAL DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO**, doravante denominado **SEDURB** com sede na Rua Alberto de Oliveira Santos, 42, Ed. Ames, 20º andar, Centro, Vitória/ES, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU CONSÓRCIO PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS HIDROLÓGICOS, HIDRÁULICOS E PROJETOS EXECUTIVOS DO SISTEMA DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO NOVO, NO MUNICÍPIOS DE PIÚMA/ES**, conforme processo E-Docs nº 2025-5GZ64, nos termos da Lei 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 5.352-R/2023, do Decreto Estadual 5.545-R/2023 e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

CÓDIGO UASG: 925739

ID CIDADES/TCEES Nº 2025.500E0600015.01.0009

1 - DO OBJETO E DISPOSIÇÕES ESSENCIAIS

1.1 - O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU CONSÓRCIO PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS HIDROLÓGICOS, HIDRÁULICOS E PROJETOS EXECUTIVOS DO SISTEMA DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO NOVO, NO MUNICÍPIOS DE PIÚMA/ES**, conforme especificações do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

1.2 - A licitação será realizada em único item.

1.3 - O preço máximo admitido para a presente licitação é (são) o(s) que consta(m) no Anexo I deste Edital, que é de **R\$ 289.021,30 (duzentos e oitenta e nove mil, vinte e um reais e trinta centavos)**.

1.4 - Data da sessão pública: 19 de janeiro de 2026, às 10:00 horas.

1.5 - O modo de disputa será o aberto e fechado.

1.6 - Esta licitação será julgada sob o critério de menor preço por item.

1.7 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do orçamento próprio da SEDURB a cargo da conta da atividade nº 10.36.101.17.182.0054.5534 - PLANOS, PROJETOS E OBRAS DE REDUÇÃO DE RISCOS E INTERVENÇÕES EM ÁREAS INUNDÁVEIS, Elemento de Despesa nº 4.4.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES, Fonte do Recurso nº 0501, do orçamento da SEDURB para o exercício de 2025.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1 - Os interessados deverão atender às condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

2.6 - Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2 - pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.3 - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.4 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

2.6.5 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.6 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.7 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

2.6.8 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.9 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato servidor público estadual, independentemente de qual seja o órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e arts. 221, XIX, da Lei Complementar Estadual nº 46/1994 e 35 da Constituição Estadual.

2.7 - O impedimento decorrente de sanção administrativa será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9 - O disposto nos itens acima não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 - Na presente licitação, as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento ocorrem antes da fase de habilitação.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

3.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.3.3 - não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4 - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei 14.133/2021.

3.5 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021.

3.5.1 - No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar 123/2006.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

3.6 - A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/2021, e neste Edital.

3.7 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1 - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2 - os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10.3 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.11 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

4.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos indicados.

4.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3 - O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.4 - O licitante deverá formular sua proposta, considerando as disposições do Decreto nº 4.251-R, de 21 de maio de 2018, que obriga aqueles que são contratados pela Administração Pública, a efetivar a contratação de mão-de-obra necessária à execução da obra ou serviço advinda do sistema penitenciário estadual, no percentual de 6% (seis por cento) da mão-de-obra total para a execução do objeto contratual, nos termos da Lei complementar nº 879/2017.

4.5 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.6 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.7 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.3 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

- 5.4 - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.5 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.6 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.7 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 500,00 (quinhentos reais)**.
- 5.8 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.9 - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.10 - Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.10.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.10.2 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.10.3 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.10.4 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.10.5 - Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.11 - Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

5.11.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2 - Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3 - No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.5 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12 - Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço ou maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.12.1 - Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas neste item, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.12.2 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.3 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.4 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.5 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.6 - Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13 - Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006.

5.19.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1 - Havendo eventual empate, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021.

5.21 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4 - O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 01 (um) dia útil, envie a proposta, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, juntamente com os Dados Complementares, observando os modelos anexos a este Edital.

5.21.5 - É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6 - DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 - Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

certame, conforme previsto no art. 14 da Lei 14.133/2021, legislação correlata e neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1 - SICAF;

6.1.2 - Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES;

6.1.3 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

6.1.4 - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome de seus sócios majoritários, por força do art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.3 - Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, o Pregoeiro reputará o licitante desclassificado, por falta de condição de participação.

6.4 - Será também desclassificada a proposta vencedora que:

6.4.1 - contiver vícios insanáveis;

6.4.2 - não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.4.3 - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.4.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.4.5 - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.5 - O licitante deverá apresentar em sua proposta econômica, sob pena de desclassificação, a declaração de que ela compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.6 - Após a verificação das condições dos itens antecedentes, os documentos de habilitação serão solicitados e apreciados e, após análise, será declarado vencedor o



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

licitante classificado em primeiro lugar, caso tenha atendido a todas as exigências do edital.

7 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 - Os documentos previstos no **Anexo II deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021.

7.1.1 - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2 - Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser enviados, em formato digital, por meio do sistema. O Licitante vencedor deverá providenciá-los no prazo de até 01 (um) dia útil, contados a partir da solicitação do Pregoeiro.

7.3 - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei 14.133/2021).

7.4 - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.5 - A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.6 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.6.1 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.7 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.8 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no mesmo prazo de envio dos documentos de habilitação.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

7.9 - Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

7.10 - Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, ou se recusar a assinar o contrato, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente e a respectiva documentação de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do edital.

7.11 - Nas hipóteses previstas no item anterior, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, tendo sempre como parâmetro a menor oferta apresentada no certame.

7.12 - Em se tratando de consórcio, os documentos de habilitação deverão ser apresentados em relação a cada empresa consorciada, observando o item sobre participação em consórcio.

8 - DOS RECURSOS

8.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

8.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3 - Quando se tratar de decisão sobre o julgamento das propostas ou de habilitação ou inabilitação de licitante, o Pregoeiro comunicará aos licitantes, no mínimo com vinte e quatro horas de antecedência, por meio do sistema no qual a licitação foi realizada, acerca da abertura do prazo para manifestação imediata de que tratam os subitens seguintes:

8.3.1 - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2 - o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3 - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4 - na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

8.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sistema de processo eletrônico E-Docs, no Acesso Cidadão (<https://acessocidadao.es.gov.br/>).

9 - DA ADJUDICAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto.

9.2 - Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou receber o instrumento equivalente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

9.2.1 - Considerando a adoção do processo eletrônico E-Docs, a assinatura será realizada mediante usuário e senha (assinatura eletrônica) no Acesso Cidadão (<https://acessocidadao.es.gov.br/>) ou através de certificado digital, conforme acordado entre as partes.

9.2.2 - Não poderão ser utilizadas formas diferentes de assinatura em um mesmo documento.

9.2.3 - No caso de assinatura eletrônica, as partes deverão providenciar uma conta verificada no Acesso Cidadão, conforme instruções contidas no endereço: <https://compras.es.gov.br/conta-verificada>.

9.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 90, § 1º, da Lei 14.133/2021, quando solicitado pelo licitante vencedor,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

9.4 - Caso adotado o Sistema de Registro de Preços, observar-se-á o procedimento de convocação e assinatura previsto no tópico específico, bem assim o disposto nos itens antecedentes quando da realização das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

9.5 - Para a formalização da contratação, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

10 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1 - Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021, o licitante ou adjudicatário que, com dolo ou culpa:

10.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

10.1.2 - salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

10.1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.4 - deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3 - não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5 - fraudar a licitação;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

10.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013;

10.2 - Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 337-F a 337-M do Código Penal e no art. 5º da Lei 12.846/2013, bem como a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.

10.3 - O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:

10.3.1 - multa de 0,5% até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante;

10.3.2 - impedimento de licitar e contratar; e

10.3.3 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.5 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal e regulamentar, o disposto no Termo de Contrato e/ou no Termo de Referência quanto ao procedimento e outras condições.

10.6 - As sanções por atos praticados durante a execução do contrato estão previstas no Termo de Contrato e/ou no Termo de Referência.

11 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da legislação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

11.2 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser protocolizados no órgão realizador do certame, de 9 às 18 horas, ou enviadas para o e-mail: licitacao@sedurb.es.gov.br. Somente serão aceitas impugnações protocolizadas e assinadas pelo impugnante.

11.3 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.3.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.4 - Caso o Pregoeiro decida pela improcedência da impugnação ao ato convocatório, deverá encaminhar o processo para a Autoridade Competente, a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do Pregoeiro.

11.5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11.6 - Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

11.7 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por publicação em campo do Sistema de Compras do Governo Federal, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando os interessados obrigados a acessar o endereço para a obtenção das informações prestadas.

12 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

12.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

12.11 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Requisitos de Habilitação;

Anexo III - Modelos do Edital; e

Anexo IV - Minuta de Termo de Contrato.

Vitória, 29 de dezembro de 2025.

NETTIÊ ALVES PAULO DE MORAES

Agente de Contratação
SEDURB/FEHAB



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. INFORMAÇÕES INICIAIS

O presente Termo de Referência estabelece os critérios que orientam a contratação de empresa para elaboração de estudos hidrológicos, hidráulicos e projetos executivos de engenharia, em atendimento ao art. 6º, inciso XXIII da Lei nº 14.133/21.

Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU CONSÓRCIO PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS HIDROLÓGICOS, ESTUDOS HIDRÁULICOS E PROJETOS EXECUTIVOS DO SISTEMA DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO NOVO
Unidade Administrativa Responsável:	Subsecretaria de Estado de Programas Urbanos – SUBURB
Localização:	Vale do Orobó, Município de Piúma/ES
Natureza dos serviços:	Serviço comum de engenharia
Modalidade:	Pregão Eletrônico
Critério de Julgamento:	Menor preço

2. OBJETO

O objeto desta licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU CONSÓRCIO PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS HIDROLÓGICOS, ESTUDOS HIDRÁULICOS E PROJETOS EXECUTIVOS DO SISTEMA DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO NOVO, NA REGIÃO DO VALE DO OROBÓ, NO MUNICÍPIO DE PIÚMA/ES.**

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Localizado a 8 km da sede do município de Piúma/ES, encontra-se o Vale do Orobó. A região é habitada por famílias que têm na agricultura e na pecuária familiar sua principal fonte de sustento, sendo a principal atividade econômica da região, a produção de leite.

A geografia do Vale do Orobó é predominantemente plana, sendo cortada pelos rios Novo e Iconha. A bacia hidrográfica do rio Novo possui uma área de drenagem de aproximadamente 776,9 km², abrangendo totalmente os municípios de Rio Novo do Sul e Iconha e, parcialmente, os municípios de Vargem Alta, Itapemirim e Piúma. Seus limites físicos ocorrem ao norte com a bacia hidrográfica do rio Benevente, a oeste com a bacia hidrográfica do rio Itapemirim e, ao sudeste, com o Oceano Atlântico.

A figura 1 a seguir, apresenta a bacia hidrográfica do Rio Novo.

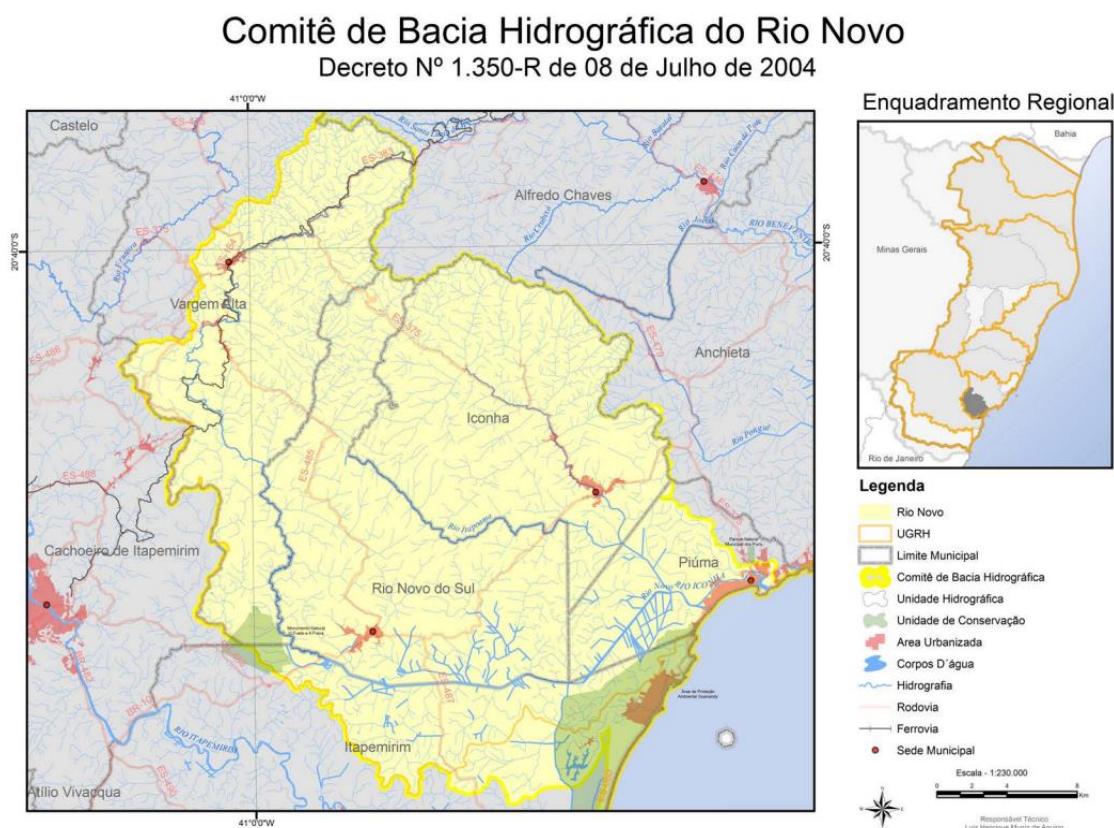


Figura 1 – Bacia Hidrográfica do Rio Novo. Fonte: Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Novo



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

que ali reside. Com registros de recorrência de inundações há mais de 20 anos, as características topográficas da área fazem com que as águas demorem um período significativo para escoar, resultando no alagamento de pastagens e na perda de grande parte da produção agrícola.

Como exemplo, foi registrada, no ano de 2018, uma inundação com duração de quatro meses, e que atingiu aproximadamente 33 hectares. Na ocasião, foram afetadas 130 propriedades de base familiar, gerando prejuízos consideráveis à população, com a perda de significativa produção agrícola. O fato foi retratado em reportagem disponível no link: <<https://globoplay.globo.com/v/3352560/>> e ilustrado na Figura 3, a seguir:



Figura 3 – Reportagem sobre prejuízos na região do Vale do Orobó após ocorrência de cheias.

Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3352560/>>



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

De modo geral, a ocorrência de inundações acarreta diversos prejuízos à sociedade, seja pela perda de bens materiais e danos ao patrimônio, seja por questões de saúde pública, como a transmissão de doenças e, até mesmo, risco à vida.

Os impactos ambientais e sociais, bem como o crescimento da consciência da população, têm motivado o interesse em sanar os problemas das inundações e do saneamento de modo geral. Enchentes históricas marcaram a população de municípios do Espírito Santo, o que deu origem a estudos para a implantação de um sistema de proteção contra cheias.

O Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEDURB), vem desenvolvendo estudos, planos, projetos e obras de manejo de águas pluviais, com o objetivo de solucionar esses problemas relacionados às enchentes e proporcionar maior qualidade de vida à população.

Considerando que a região do Vale do Orobó constitui área naturalmente inundável do rio Iconha e Rio Novo, o presente Termo de Referência tem como objetivo verificar as possibilidades para realização de intervenções hidráulicas, a fim de possibilitar a redução do tempo de inundação da região, com consequente redução dos danos ao patrimônio privado, à agricultura e pecuária local.

Desta forma, verifica-se a necessidade de elaboração de projetos de engenharia para realização de intervenções na Bacia Hidrográfica do Rio Novo, onde está compreendida a região do Vale do Orobó.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

3.2.1 RIOS QUE COMPÕE A BACIA HIDROGRÁFICA

A região do Vale do Orobó está situada na Bacia Hidrográfica do Rio Novo e é composta pelos rios Rio Novo e Iconha. O rio Rio Novo é um curso de água de domínio estadual, com extensão de aproximadamente 80 km. Sua nascente, situada no município de



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Vargem Alta, localiza-se a cerca de 800 metros de altitude. Seu principal afluente é o rio Iconha, formado pela confluência de três rios: ribeirão Inhaúma, ribeirão Monte Alegre e ribeirão São Pedro. O córrego Rodeio, afluente do ribeirão Monte Alegre, corresponde à nascente mais elevada do rio Iconha, situada na localidade de Princesa, em Rio Novo do Sul, também a 800 metros de altitude, em um prolongamento da Serra do Richmond. Outro importante curso d'água da bacia é o ribeirão Concórdia, cuja confluência com o rio Novo ocorre na divisa entre Vargem Alta e Rio Novo do Sul.

Formado pela confluência de três ribeirões (Monte Alegre, Inhaúma e São Pedro), o rio Iconha inicia seu trajeto na área urbana do distrito de Duas Barras, no município de Iconha. O curso d'água percorre pequenos núcleos urbanos (comunidades) no interior de Iconha, a se saber, de montante a jusante, respectivamente: Duas Barras, Monte Belo e Bom Destino. Após, o rio chega à sede do município homônimo, antes de seguir em direção à Piúma e confluir com o rio Novo. Piúma, que corresponde, na verdade, à continuação do rio Novo após receber as águas do rio Iconha.

O referido curso d'água possui dois exutórios situados na área urbana de Piúma: o canal de Itaputanga artificial, ao sul; e o estuário do rio Piúma, a nordeste do primeiro, por onde trafegam pequenas e médias embarcações de pescadores locais.

3.2.2 RELEVO

A região do Vale do Orobó apresenta relevo de ampla planície, e as áreas a jusante da bacia são notadamente as que apresentam baixa declividade (plano e suave ondulado).

Em consonância com os Gleissolos, tipologia de solos mais recorrentes na região, condicionam a má drenagem da área em períodos de fortes precipitações pluviais, podendo levar de semanas a meses para que toda a planície de inundação seja efetivamente drenada naturalmente.

A figura 4 a seguir, extraída do Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Espírito Santo, Relatório da Etapa A – Diagnóstico e Prognóstico, elaborado e publicado pela Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH), Instituto Jones dos Santos Neves



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

(IJSN) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), apresenta o relevo da bacia hidrográfica do rio Novo.

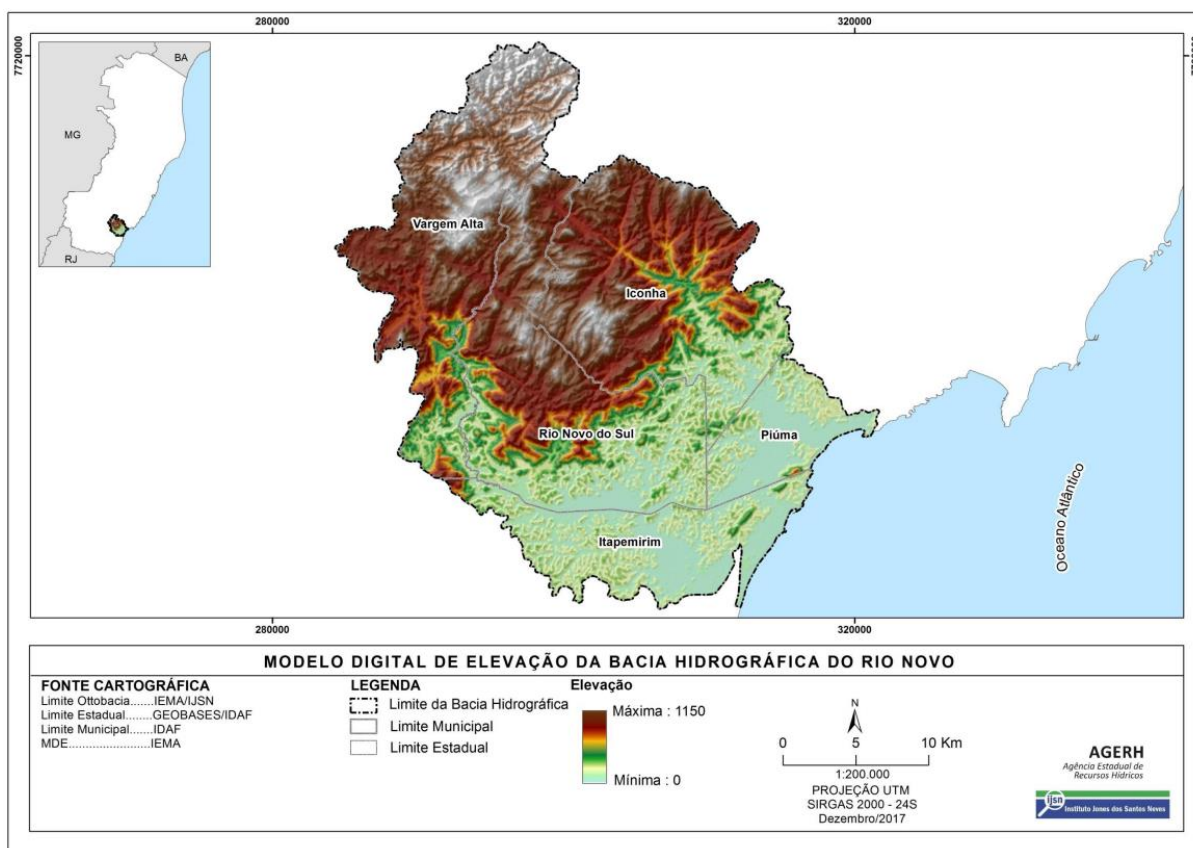


Figura 4 – Relevo da Bacia Hidrográfica do Rio Novo. Fonte: Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas, Relatório da Etapa A – Diagnóstico e Prognóstico 2018

3.2.3 CLIMA

O clima na região da Bacia Hidrográfica do rio Novo enquadra-se como quente com temperaturas médias acima de 18°C em todos os meses, variando de super-úmido, subseca à úmido. Em pequena parte da porção superior da bacia é possível encontrar o clima subquente, com temperaturas médias entre 15° a 18°C em pelo menos 1 mês.

3.2.4 ÍNDICES PLUVIOMÉTRICOS

A precipitação oscila de 1.121 mm/ano a 1.742 mm/ano, com valor médio de



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

aproximadamente 1.431 mm/ano. Quando comparada à média de precipitação anual para o Estado do Espírito Santo (1.219 mm/ano), observa-se maior concentração das chuvas sobre essa região, no entanto, vale dizer que nas cabeceiras do Rio Iconha e do Rio Novo, a precipitação média anual é de aproximadamente 1.700 mm, enquanto no litoral este índice pode assumir valores de aproximadamente 1.000 mm (IEMA, 2011).

A figura 5, a seguir, apresenta os índices pluviométricos da bacia hidrográfica do rio Novo.

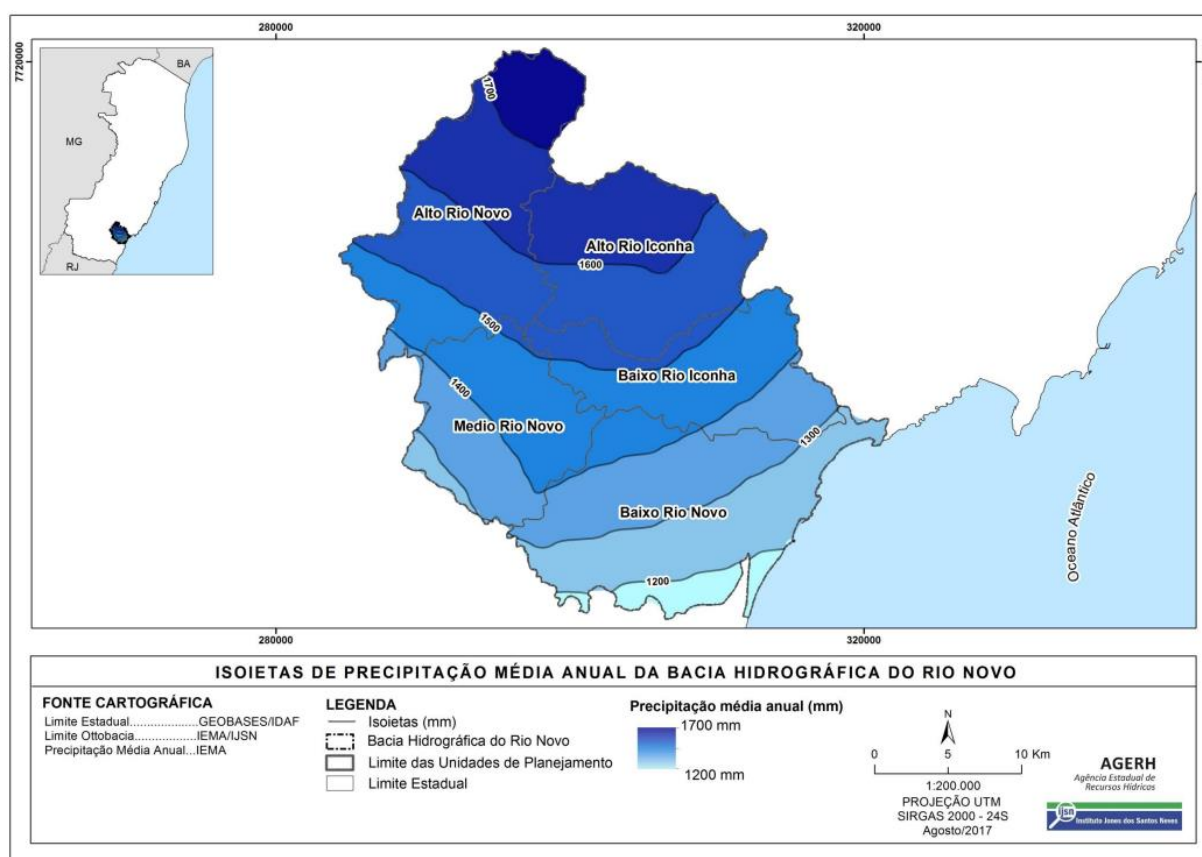


Figura 5 – Índices pluviométricos da Bacia Hidrográfica do Rio Novo. Fonte: Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas, Relatório da Etapa A – Diagnóstico e Prognóstico 2018

Esse alto índice pluviométrico reflete em um balanço hídrico superavitário, com os valores de precipitação superando, em média, em até 153 mm por ano.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

3.2.5 VAZÃO E DISPONIBILIDADE HÍDRICA

As figuras 6, 7 e 8, apresentadas abaixo, e extraídas do Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas, apresentam os dados acerca das vazões e da disponibilidade hídrica da bacia hidrográfica do rio Novo.



Tabela 3.2 - Disponibilidade hídrica superficial para as unidades de planejamento da Bacia Hidrográfica do Rio Novo.

UP	Área UP (km ²)	Área acumulada (Km ²)	Precipitação Média (mm/ano)	Q ₉₀ (m ³ /s)	Q _{MLT} (m ³ /s)
Alto Rio Novo	184,4	184,4	1.593	1,5	4,4
Médio Rio Novo	119,9	304,2	1.534	2,1	6,3
Alto Rio Iconha	142,8	142,8	1.601	1,2	3,7
Baixo Rio Iconha	121,8	264,6	1.541	1,9	5,7
Baixo Rio Novo	207,0	775,9	1.250	3,5	10,3

Fonte: Elaborada pela equipe técnica.

Figura 6 – Disponibilidade hídrica da Bacia Hidrográfica do Rio Novo. Fonte: Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas, Relatório da Etapa A – Diagnóstico e Prognóstico 2018



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

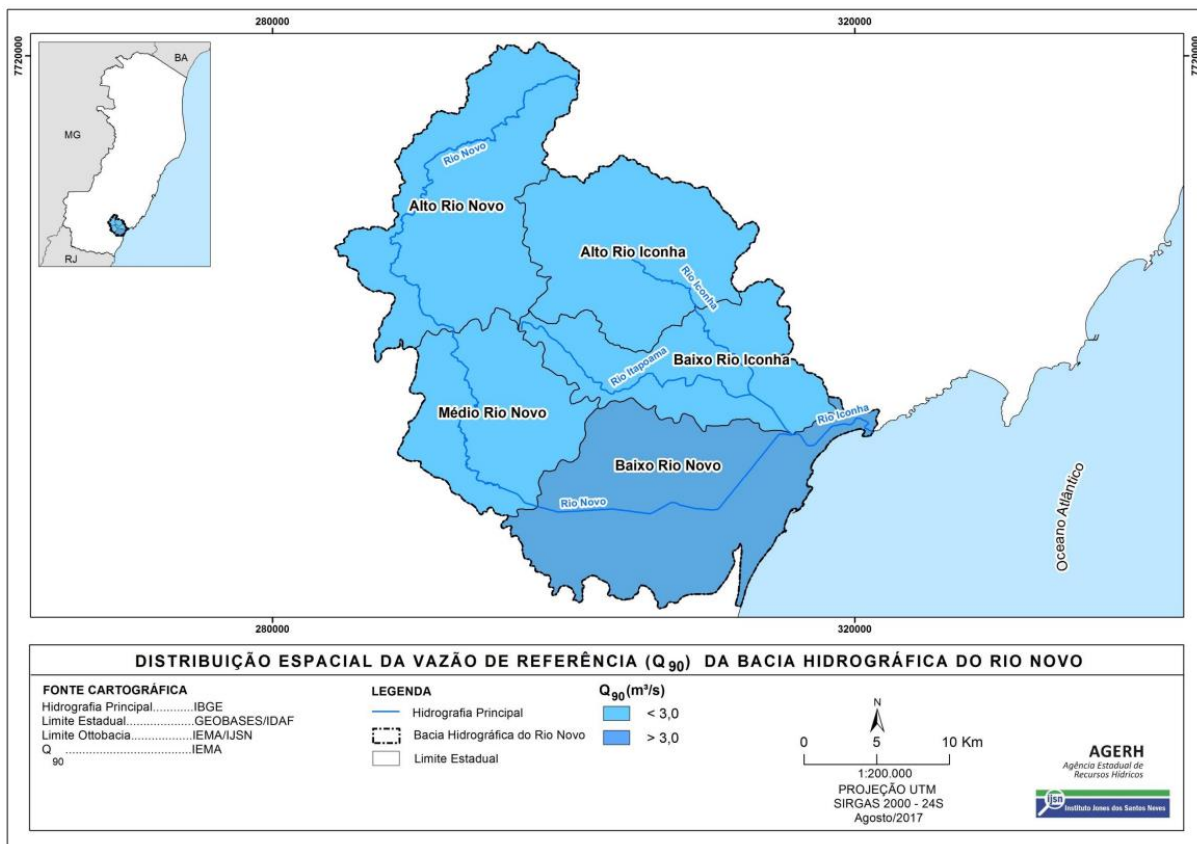


Figura 7 – Vazão de referência da Bacia Hidrográfica do Rio Novo. Fonte: Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas, Relatório da Etapa A – Diagnóstico e Prognóstico 2018



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

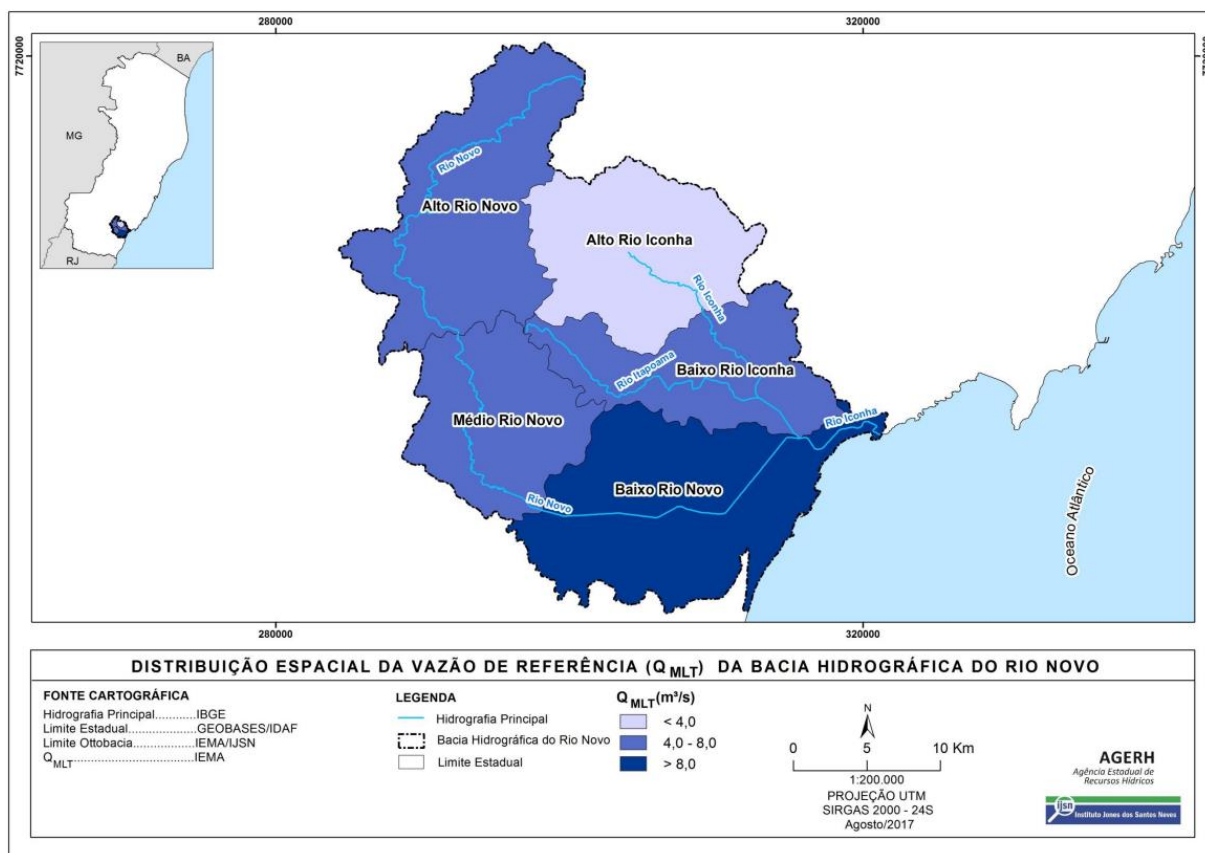


Figura 8 – Vazão de referência da Bacia Hidrográfica do Rio Novo. Fonte: Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas, Relatório da Etapa A – Diagnóstico e Prognóstico 2018

3.2.6 LOCALIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES

Após análise das condições ambientais e geográficas, bem como identificação da área que mais sofre com a ocorrência das inundações, foi delimitada a área para elaboração dos estudos hidrológicos, hidráulicos, bem como execução das intervenções de engenharia.

A área objeto do estudo tem cerca de 38 quilômetros quadrados e é apresentada na Figura 9 a seguir:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO



Figura 9 – Área de abrangência dos estudos topográficos, batimétricos, hidrológicos e hidráulicos. Fonte: Elaborada pela equipe técnica da SEDURB, por meio do Google Earth

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na contratação de empresa para elaboração de estudos e projetos executivos para realização de intervenções para manejo de águas pluviais e drenagem na região compreendida pelo Vale do Orobó, Bacia Hidrográfica do Rio Novo.

De acordo com disposto no Art. 6º da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021:

“ Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XXVI - projeto executivo: conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes; “



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

4.1 DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DE TRABALHO

Para elaboração da solução, serão necessários a execução dos serviços:

- a) Estudos geológicos e geotécnicos;
- b) Levantamentos topográficos;
- c) Levantamentos batimétricos;
- d) Estudos hidrológicos;
- e) Estudos ambientais;
- f) Estudos arqueológicos;
- g) Estudos hidráulicos;
- h) Elaboração de projetos executivos.

4.1.1 ESTUDOS GEOLÓGICOS E GEOTÉCNICOS

Os estudos geológicos e geotécnicos, através dos dados obtidos nas sondagens e nos ensaios realizados, deverão subsidiar a elaboração dos projetos executivos.

A apresentação dos Estudos Geológicos/Geotécnicos deve explanar a metodologia utilizada, cópia dos ensaios realizados, relação e cópia dos boletins das sondagens executadas, croquis de localização etc.

4.1.1.1 Sondagens

As sondagens geotécnicas deverão atender às disposições da norma NBR 6484 e deverão fornecer os elementos necessários para a definição das estruturas projetadas.

Durante a execução das sondagens deverão ser recolhidas amostras para realização de ensaios geotécnicos necessários para caracterização da obra. Esses ensaios serão de responsabilidade da CONTRATADA.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

As sondagens deverão indicar, obrigatoriamente, o nível do lençol freático e a ocorrência de rochas, solos moles e materiais de qualidade ruim, que podem influenciar de maneira significativa o orçamento da obra.

Indicação de jazidas de material de empréstimo, se necessárias, com caracterização do seu material, devendo ser considerada a distância de transporte e verificar a economicidade e a possibilidade técnica de licenciar a retirada de material.

A mobilização e desmobilização dos equipamentos para execução dos furos de sondagem contemplarão o transporte e a montagem dos equipamentos no local de execução do furo. Nos pontos onde serão realizadas sondagens deverão ser mantidos testemunhos para aferição a qualquer momento.

Deverá ser apresentada ART - Anotação de Responsabilidade Técnica dos levantamentos realizados e plantas entregues à CONTRATADA.

4.1.1.2 Ensaios

Em relação aos ensaios geológicos/geotécnicos, deverão ser realizados, no mínimo, os seguintes:

- a) Ensaio de Granulometria por Peneiramento;
- b) Ensaio de Limites de Liquidez e Plasticidade;
- c) Ensaio de Índice de suporte Califórnia;
- d) Ensaio de Umidade em Estufa (Natural);
- e) Ensaio de Análise Física do material a ser dragado - CONAMA 344/04 e 454/12;
- f) Ensaio de Análise Química de material a ser dragado - CONAMA 454/12;
- g) Ensaio de caracterização Ecotoxicológico de material a ser dragado - CONAMA 454/12. Uma porção dos materiais ensaios deverão ser mantidos como testemunhos para posterior aferição a qualquer momento.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Deverão ser apresentadas ART - Anotação de Responsabilidade Técnica dos relatórios e resultados dos ensaios realizados e entregues à SEDURB.

4.1.2 ESTUDOS TOPOGRÁFICOS

Os estudos topográficos deverão ser realizados conforme critérios estabelecidos pela NBR 13133 – “Execução de Levantamento Topográfico”.

A CONTRATADA deverá fornecer à fiscalização da CONTRATANTE, os arquivos digitais contendo as informações dos pontos levantados, em formato adequado (doc; xls; dwg etc.).

Deverá ser apresentada planta baixa contendo a representação dos elementos, em escala apropriada, com eventuais detalhamentos nas escalas 1:10, 1:25 ou 1:50, dependendo do tamanho do elemento representado, e pranchas com as seções transversais levantadas, nas escalas horizontal 1:1000 e vertical 1:50.

A execução dos levantamentos topográficos deverá ser planejada, acompanhada por um profissional habilitado, que será o responsável pela precisão cartográfica do levantamento e dados entregues, o qual deverá apresentar ART - Anotações de Responsabilidades Técnicas dos levantamentos realizados e plantas entregues à SEDURB.

Na elaboração dos estudos topográficos deverão ser seguidas as seguintes orientações:

- a) Os serviços topográficos deverão ter seus pontos de coordenadas, bem como as referências de nível (RN) materializadas em campo, com marcações visíveis e perenes, para servirem de apoio aos demais serviços que se fizerem necessários;
- b) Todos os pontos de partidas das poligonais de apoio deverão ser obtidos por rastreio com GPS submétrico, pós processado e referenciado à rede de precisão do IBGE;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

- c) Os nivelamentos necessários deverão partir e chegar em RN's do IBGE e a margem de erro deverá ser compatível com o serviço executado;
- d) Todos os produtos do levantamento planialtimétrico cadastral deverão estar amarrados à rede oficial do IBGE e em consonância com as referências do GEOBASES, de forma a permitir seu uso em Sistema de Informações Geográficas;
- e) Levantamento topográfico e planialtimétrico do eixo escolhido, com a descrição da região de influência e de execução da obra, incluindo as dimensões em planta, inclinações de taludes, níveis e todo tipo de informações necessárias à execução dos serviços;
- f) No levantamento topográfico da região de influência de execução do objeto deste Termo de Referência, deverão constar todos os elementos relevantes, tais como (se aplicáveis):
 - i. Cadastro de ruas (vias e passeios, especificando o tipo de pavimento);
 - ii. Canais;
 - iii. A localização, cota de soleira das entradas das residências;
 - iv. Os postes, transformadores, torres;
 - v. O perfil longitudinal do eixo das ruas;
 - vi. O meio-fio, caixa ralo, redes de drenagem;
 - vii. Redes de esgoto sanitário e drenagem pluvial (especificando cotas das tampas dos PV's, fundo e diâmetro, identificando a empresa responsável);
 - viii. Redes de água (especificando profundidade e diâmetro);



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

- ix. Redes de gás, telefonia, TV a cabo e fibra óptica (especificando a empresa responsável);
- x. O mobiliário urbano (abrigos de ônibus, floreiras, lixeiras, telefone público, bancos etc.);
- xi. As demais ocorrências que possam interferir na elaboração dos projetos.

O levantamento topográfico convencional com estação total pode ser substituído por Fotogrametria Aérea, levantamento com LiDAR, levantamento GNSS em modo PPK ou RTK ou qualquer outro método que seja mais preciso que o levantamento por estação total, desde que previamente autorizado pela SEDURB e sem custos adicionais para o CONTRATANTE.

4.1.3 ESTUDOS BATIMÉTRICOS

Este estudo tem por objetivo a obtenção de seções batimétricas do leito submerso de rios, canais, lagos, entre outros.

O levantamento batimétrico deverá ser amarrado ao levantamento topográfico das margens dos corpos d'água. Caso o local não tenha sido contemplado pela topografia, deverão ser implantados e rastreados marcos geodésicos para a referência de partida e elaboração da poligonal.

Para este serviço, deverá ser utilizado o equipamento adequado à calha fluviométrica.

- a) Para os levantamentos batimétricos, deverão ser apresentados:
 - i. Memorial descritivo contendo: cópia das cadernetas de campo e relatório fotográfico;
 - ii. monografia dos Marcos Geodésicos rastreados.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

- b) Seções transversais dos corpos d'água com intervalos equidistantes de no máximo 20,00 m;
- c) Perfil longitudinal do corpo d'água, apresentando o estaqueamento, cota do terreno natural, cota do nível d'água médio e cota do fundo do canal;
- d) Planta baixa do corpo d'água, apresentando as margens e taludes existentes, o estaqueamento e malha de coordenadas;
- e) Desenho topográfico que apresente a planta de localização e todas as seções batimétricas levantadas, apresentando coordenadas e outras informações relevantes;
- f) ART's.

4.1.4 ESTUDOS HIDROLÓGICOS

O Estudo Hidrológico permite determinar as vazões máximas e mínimas prováveis, associadas aos períodos de retorno de interesse para as sub-bacias que contribuem para o sistema de drenagem.

Para elaboração dos estudos hidrológicos deverá ser seguindo o que preceitua o Manual de Hidrologia Básica para Estruturas de Drenagem - IPR – 715 – DNIT/2005 e ainda, utilizado como base os dados disponíveis nos materiais já elaborados pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH), Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e Companhia Espírito-santense de Saneamento (CESAN).

4.1.5 ESTUDOS HIDRÁULICOS

Os estudos hidráulicos terão como resultado, a elaboração de solução hidráulica para a área escopo da contratação. Dele, deverão ser originados:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

- a) as manchas de inundação antes e depois das intervenções propostas no projeto executivo;
- b) planta de situação: apresentar localização das áreas de intervenção no contexto de onde serão implantadas, através de mapas, desenhos etc.;
- c) planta baixa do sistema de drenagem proposto: apresentar plantas com os elementos/dispositivos de drenagem propostos, em escala ampliada, incluindo, no mínimo, dimensionamento e detalhes dos dispositivos de drenagem.

A solução deverá conter minimamente as intervenções:

- a) limpeza e desassoreamento de trechos do Rio Iconha, Rio Novo e Córrego do Orobó, visando ao aumento da velocidade de escoamento e, com isso, redução no tempo das inundações;
- b) implantação de diques de terra, nos pontos em que esta intervenção for viável, e se possível, utilizando ao máximo o material residual proveniente da limpeza, a fim de proteger as propriedades locais;
- c) utilização de comportas para manejo das águas;
- d) levantamento histórico, estudos hidráulicos e de viabilidade quanto ao reestabelecimento de corpos hídricos interrompidos por ocasião de obras de infraestrutura na região, os quais drenavam as águas do vale do Orobó diretamente para o mar.

Destaca-se que as intervenções acima propostas deverão ser analisadas e estudadas e que a solução a ser apresentada pela CONTRATADA não deverá se limitar a essas, podendo ainda ser apresentadas outras intervenções não previstas neste TR, sem custos extras para a CONTRATANTE.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Os projetos executivos deverão apresentar a melhor solução considerando os aspectos técnicos e econômicos, respeitando a legislação ambiental vigente.

4.1.6 ESTUDOS AMBIENTAIS

Os Estudos Ambientais compreendem os aspectos pertinentes à obtenção das licenças prévia e de instalação, a identificação dos impactos ambientais e das medidas de controle, de mitigação e compensação.

O Plano de Controle Ambiental – PCA e o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS são parte integrantes dos estudos ambientais.

Além destes, deverá ser realizado o levantamento primário e secundário da fauna local e elaboração dos documentos necessários.

A análise ambiental preliminar deverá ser elaborada em conjunto com os projetos executivos de engenharia preconizados, pelo que é estabelecido pelos órgãos ambientais, devendo apresentar, no mínimo, os seguintes aspectos:

a) Caracterização do Empreendimento:

- i. informações gerais da localização do empreendimento, com apresentação de mapas em Coordenadas UTM (Datum WGS 84) de todas as intervenções;
- ii. relatório fotográfico atual da área prevista para implantação das unidades propostas e demais intervenções previstas em projeto, demonstrando as características do local e seu entorno.

b) Síntese do Projeto:

- i. memorial descritivo com síntese das intervenções propostas para a bacia, contendo: justificativa técnica e ambiental para a realização do projeto, abrangência da bacia e obras projetadas (bairros atendidos, população beneficiada) e dados técnicos do empreendimento;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

- ii. planta planialtimétrica na qual seja mostrada a localização das intervenções propostas, assim como ocupações do entorno e os limites da área / bacia atendida;
- iii. Plano de Controle Ambiental, contemplando as fases da obra, identificando e propondo medidas mitigadoras aos impactos gerados pelo empreendimento (resíduos, poluição do ar, efluentes, qualidade das águas, tráfego das vias, outros). O plano deverá expor, de forma clara, o empreendimento e sua inserção no meio ambiente com todas as suas medidas mitigadoras e compensatórias;
- iv. levantamento Primário e Secundário da fauna local, incluindo documentos para autorização para seu manejo, caso necessário, bem como Laudo de Fauna;
- v. delimitação da Área de Influência do Empreendimento: delimitação das áreas de influência direta ou indireta, apresentando descrições e análises dos fatores ambientais e suas interações, com dados, mapas e acervo fotográfico, que permitam visualizar a situação ambiental antes da implantação do empreendimento;
- vi. caracterização do uso do solo e do tipo de ocupação atual e futuro;
- vii. caracterização das áreas de vegetação nativa e/ou interesse específico para a Fauna. Caso haja necessidade de supressão vegetal, apresentar poligonal de desmatamento e Plano de Recuperação de área degradada;
- viii. **apresentar “Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos” específico para a atividade em pauta.** O plano deverá ser elaborado visando à destinação correta tanto dos resíduos da construção civil como também para os resíduos oriundos da instalação dos equipamentos/estruturas. No plano deverão constar as seguintes informações: fonte de geração; tipo de resíduo (adotar códigos do inventário de resíduos conforme Resolução CONAMA Nº 313/2002); quantidade gerada; classificação (de acordo com



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

a NBR 10004/2004); disposição intermediária, transporte e destinação final. A caracterização dos resíduos deverá ser efetivada considerando a ABNT 10.004/2004 e Resolução CONAMA 307/2002;

- ix. caso haja necessidade de utilização de bota-fora e de área de empréstimo, deverão ser apresentadas, no mínimo, três opções e a licença ambiental da área;
- x. Todos os projetos deverão ser assinados por profissional habilitado e possuírem Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou documento similar do órgão de classe do profissional.

Os projetos que, porventura, interferirem em alguma região de Unidade de Conservação Ambiental deverão atender à legislação vigente – DECRETO Nº 4.340, DE 22 DE AGOSTO DE 2002 e DECRETO Nº 6.848, DE 14 DE MAIO DE 2009. 7.3.3 PROJETO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIOAMBIENTAL.

4.1.7 ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS

Considerando a existência de sítios arqueológicos já registrados e mapeados no Vale do Orobó, os quais abrigam vestígios originários da cultura Tupi, de ocupação que antecede e sucede a chegada dos europeus, a solução deverá contemplar ainda a realização de estudos visando à preservação do patrimônio arqueológico.

Os estudos deverão ser efetuados em conformidade com as portarias e normativas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e dos dispositivos da Lei nº 3.924/61.

Os estudos arqueológicos deverão avaliar o potencial impacto do projeto de intervenções em áreas onde se presume a existência de sítios arqueológicos. O relatório proveniente do estudo deverá fornecer subsídio à documentação para emissão de licenças ambientais. Nele, deverão estar contidos os resultados das pesquisas, a avaliação do potencial arqueológico da área e apresentação das medidas de mitigação e preservação a serem adotadas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Para realização deste estudo, a CONTRATADA deverá seguir determinações da Instrução Normativa nº. 001, de 25 de março de 2015 do IPHAN e demais afins ao tema.

As figuras 10 e 11 a seguir apresentam a localização dos sítios arqueológicos demarcados pelo IPHAN na região do Vale do Orobó.

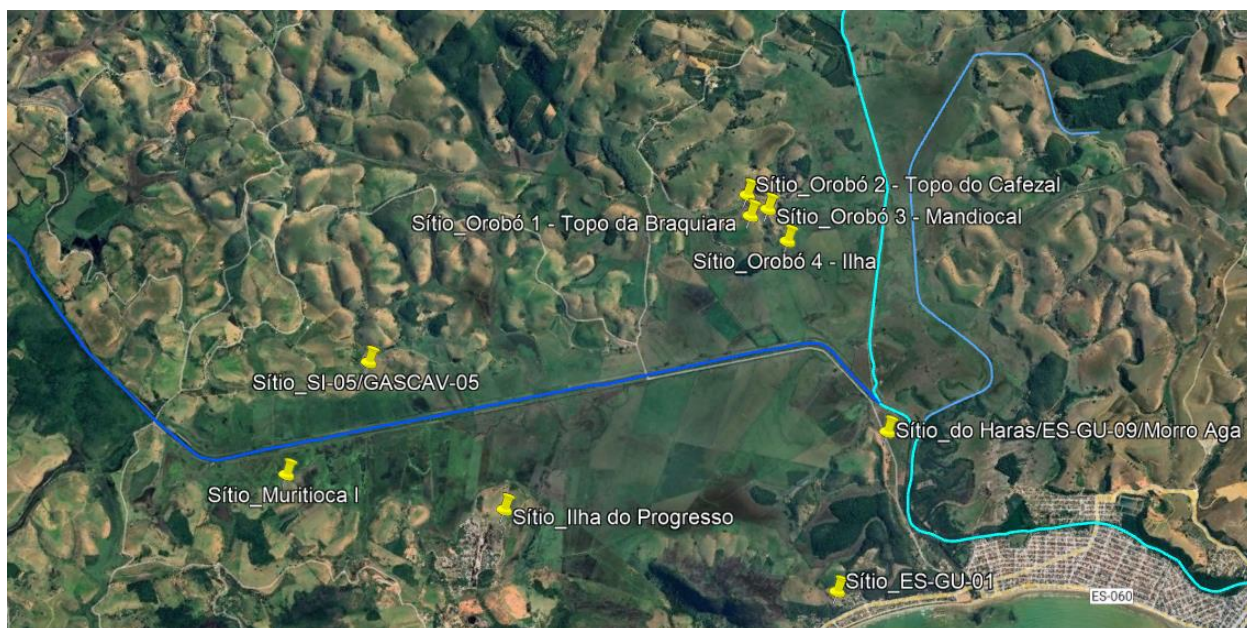
Sítios Arqueológicos registrados no SICG

UF: Município:

UF: Município:

Nome do Sítio	UF	Município	Síntese do bem	Classificação	Ponto Central (Coordenada Geográfica SIRGAS)
do Haras/ ES-GU-09 / Morro Aga	ES	Piúma		Pré-colonial	-40.767426,-20.848138
ES-GU-01	ES	Piúma		Sem classificação	-40.760985,-20.863167
Ilha do Progresso I	ES	Piúma		Sem classificação	-40.793059,-20.877458
Muritioca I	ES	Piúma		Pré-colonial	-40.812822,-20.888206
Orobó 1 - Topo da Braquiara	ES	Piúma		Pré-colonial	-40.792562,-20.840394
Orobó 2 - Topo do Cafezal	ES	Piúma		De contato	-40.794179,-20.839022
Orobó 3 - Mandiocai	ES	Piúma		Pré-colonial e Histórico	-40.791591,-20.838805
Orobó 4 - Ilha	ES	Piúma		Pré-colonial e Histórico	-40.787935,-20.839999
SI-05 / GASCAV-05	ES	Piúma		Sem classificação	-40.813583,-20.874739

Figura 10 – Sítios arqueológicos do Vale do Orobó





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Figura 11 – Sítios arqueológicos do Vale do Orobó

4.1.8 PROJETOS EXECUTIVOS

Como resultado dos estudos, serão elaborados os projetos executivos das intervenções, contendo seus detalhamento e localização.

Cada projeto a ser entregue deverá conter:

- a) Memorial Descritivo;
- b) Memória de Cálculo do projeto;
- c) Caderno de Detalhamento Técnico e Especificações de Materiais e Serviços;
- d) Memória de Cálculo de Quantidades de todos os serviços previstos na planilha orçamentária, detalhada de forma a permitir a sua conferência.
- e) Plano de Execução e Metodologia Executiva;
- f) Orçamento e Cronograma físico financeiro.

Os projetos deverão apresentar possibilidade de orçamento e de metodologia de execução independentes, ou seja, as intervenções devem ser apresentadas em etapas, de forma a possibilitar a execução em lotes e de forma concomitante.

As plantas constantes dos projetos deverão apresentar:

- a) Nome e endereço da contratada;
- b) Nome e endereço da contratante/proprietária;
- c) Nome e endereço da obra;
- d) Nome e CREA do responsável técnico;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

- e) Título do projeto;
- f) Responsável pelo desenho;
- g) Escala adotada;
- h) Data contendo semestre e ano;
- i) N° da prancha;
- j) Simbologia adotada;
- k) Notas de esclarecimento.

4.2 RELAÇÃO DE INTERVENÇÕES PROPOSTAS

Para elaboração dos projetos executivos de sistema de manejo de águas pluviais do Rio Novo, propõe-se a realização das seguintes intervenções:

- Aumento da velocidade de escoamento dos rios Rio Novo e Iconha e do córrego do Orobó, por meio de limpeza e desassoreamento dos leitos destes corpos hídricos;
- implantação de diques de terra, se possível, utilizando ao máximo o material residual proveniente da limpeza;
- controle de vazão por meio de comportas;
- Levantamento histórico, estudos hidráulicos e de viabilidade quanto ao reestabelecimento de corpos hídricos interrompidos por ocasião de obras de infraestrutura na região, os quais drenavam as águas do vale do Orobó diretamente para o mar.

As intervenções propostas devem ser estudadas e avaliadas pela CONTRATADA, a fim de verificar a sua funcionalidade e pertinência, no âmbito da melhor relação custo x benefício, podendo ser alterada pela CONTRATADA, mediante avaliação conjunta com



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

a CONTRATANTE, após execução dos estudos hidrológicos, hidráulicos e arqueológicos, bem como demais estudos preliminares.

4.2.1 LIMPEZA E DESASSOREAMENTO

O assoreamento dos rios é o processo de acúmulo de sedimentos tais como areia, terra e detritos nos leitos dos rios, que ocorre com o passar do tempo, reduzindo sua profundidade e comprometendo sua vazão. Como consequência do assoreamento, podem ocorrer enchentes e comprometimento da biodiversidade.

Neste sentido, o desassoreamento de rios é um processo de remoção desses sedimentos acumulados no leito de rios, córregos ou lagos. Essa limpeza visa:

- restaurar a capacidade natural de armazenamento e vazão de água desses corpos hídricos, prevenindo alagamentos;
- melhorar a qualidade da água, já que remoção de sedimentos e detritos pode ajudar a reduzir a turbidez e a quantidade de poluentes;
- preservar a biodiversidade, uma vez que o desassoreamento, quando realizado de forma adequada, pode contribuir para a recuperação de habitats aquáticos, beneficiando a vida marinha e terrestre.

O projeto executivo deverá prever a limpeza da calha dos rios, com desassoreamento e regularização do leito do Rio Novo, Rio Iconha e do Córrego do Orobó e contemplar o estudo de toda a área na qual ocorrerá a limpeza, bem como indicar os equipamentos necessários para execução deste serviço, considerando as condições ambientais e de infraestrutura local.

O projeto deverá ainda apontar os ensaios necessários para destinação do material a ser proveniente do leito do rio, que deverá ser destinado preferencialmente nas suas margens.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Os rios que serão desassoreados estão representados na Figura 12 a seguir:

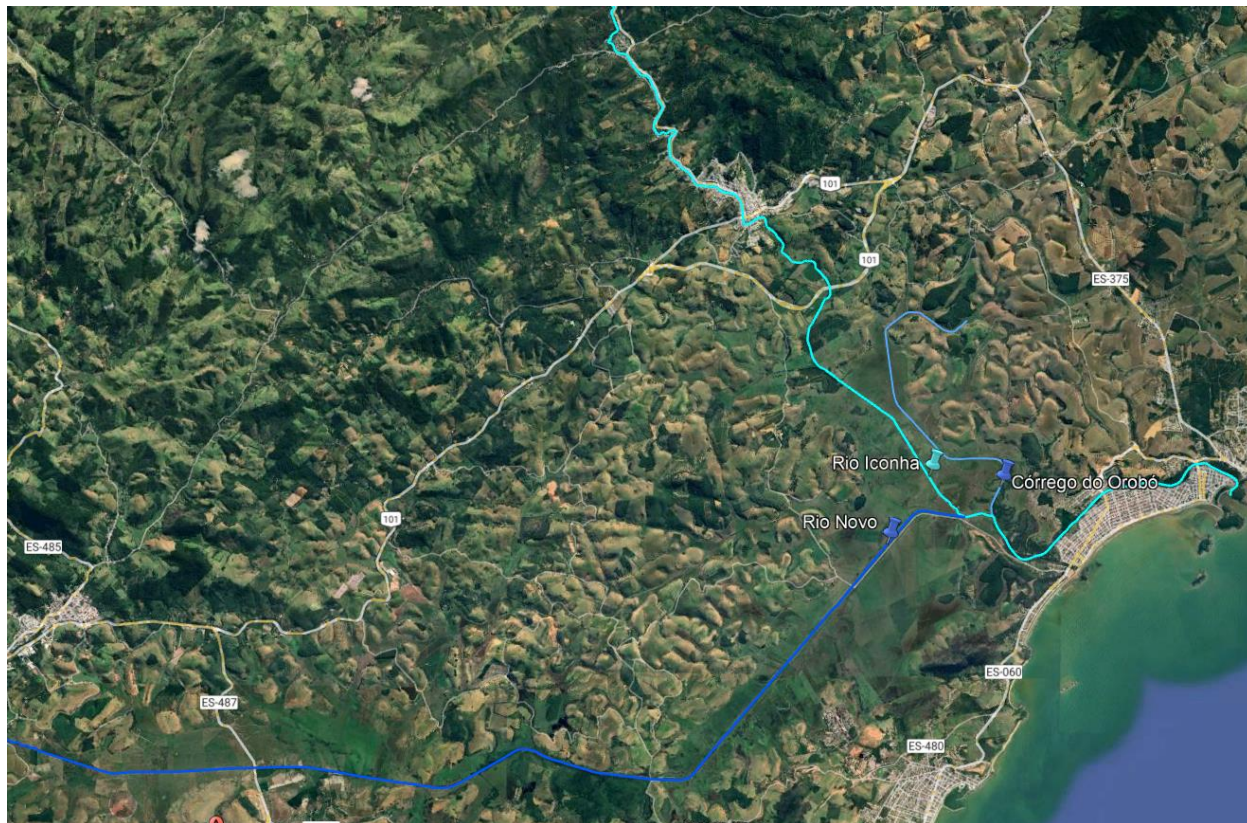


Figura 12 – Rios que deverão ser limpos e desassoreados

Para tanto, sugere-se a seguinte divisão:

Trecho 1 - Limpeza e Desassoreamento do Rio Novo

O trecho 1 sugerido compreende a limpeza e o desassoreamento de trecho do Rio Novo, compreendido em aproximadamente 23 quilômetros, tendo ponto inicial na Ponte da Comunidade de Santa Helena, município de Itapemirim, coordenadas latitude 20°53'24.63"S, longitude 40°54'0.32"O, e tendo como ponto final, a foz do Rio Novo, município de Piúma, coordenadas latitude 20°50'26.32"S, longitude 40°43'18.04"O.

O trecho 1 é representado na Figura 13, a seguir:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

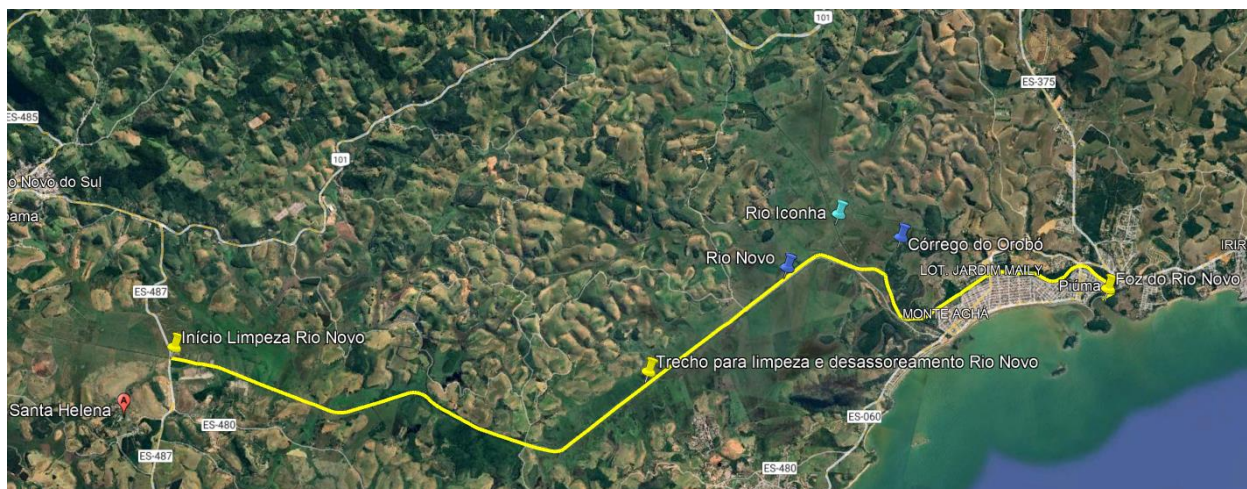


Figura 13 – Trecho 1

Trecho 2 - Limpeza e Desassoreamento do Rio Iconha

O trecho 2 sugerido compreende a limpeza e o desassoreamento de trecho do Rio Iconha, compreendido em aproximadamente 6 quilômetros, tendo como ponto inicial a BR 101, município de Iconha, coordenadas latitude 20°48'23.74"S, longitude 40°47'46.69"O, e tendo como ponto final o encontro do Rio Novo com o Rio Iconha, município de Piúma, coordenadas latitude 20°50'42.98"S, longitude 40°46'13.96"O.

O trecho 2 é representado na Figura 14, a seguir:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO



Figura 14 – Trecho 2

Trecho 3 - Limpeza e Desassoreamento do Córrego do Orobó

O trecho 3 sugerido compreende a limpeza e o desassoreamento de trecho do Córrego do Orobó, compreendido em aproximadamente 5 quilômetros, tendo ponto inicial no município de Píuma, coordenadas latitude 20°48'46.49"S, longitude 40°47'7.42"O, e tendo como ponto final o encontro do Rio Novo com o Córrego do Orobó, município de Piúma, coordenadas latitude 20°50'42.76"S, longitude 40°45'54.81"O.

O trecho 3 é representado na Figura 15, a seguir:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO



Figura 15 – Trecho 3

A figura 16, apresentada a seguir, demonstra os 3 trechos que serão desassoreados:



Figura 16 – Trechos 1, 2 e 3



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

4.2.2 COMPORTAS

As comportas são estruturas utilizadas em sistemas hidráulicos para controlar o fluxo de água em canais, rios, barragens e outras estruturas hidráulicas. Elas possibilitam o bloqueio da entrada e saída de água, e assim, regulam a vazão, e auxiliam na prevenção de enchentes e manutenção de níveis de água em reservatórios e rios.

Na região do Vale do Orobó já existentes algumas comportas, de forma que a CONTRATADA deverá fazer o estudo destes dispositivos, analisando as condições de uso, localização, necessidade e viabilidade para recuperação das comportas existentes e implantação de novas comportas, se necessário e viável.

O projeto deverá indicar a localização e o detalhamento de todos os dispositivos.

O sistema de comportas deverá ser projetado para acionamento manual ou por nível d'água, com sistema automatizado ou não, a depender da disponibilidade de energia elétrica no local.

4.2.3 DIQUES

Deverão ser projetados diques em terra, às margens do rio Rio Novo, nos pontos em que for tecnicamente e economicamente viável, conforme resultado do estudo hidráulico.

Deverá ser considerada a possibilidade de aproveitamento do material proveniente da limpeza dos rios para execução dos diques, desde que comprovada adequação técnica para tanto.

4.2.4 REESTABELECIMENTO DE SAÍDAS D'ÁGUA PARA O MAR

Ao visualizar a bacia Hidrográfica do Rio Novo, por meio do Mapa Hidrológico disponível no Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIR), pode-se notar que os alagamentos na região são causados não apenas pelas águas provenientes dos rios Novo e Iconha, mas também de cursos d'água que se originam nas formações



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

montanhosas, como o Monte Aghá. Tal informação pode ser notada, analisando a Figura 17.

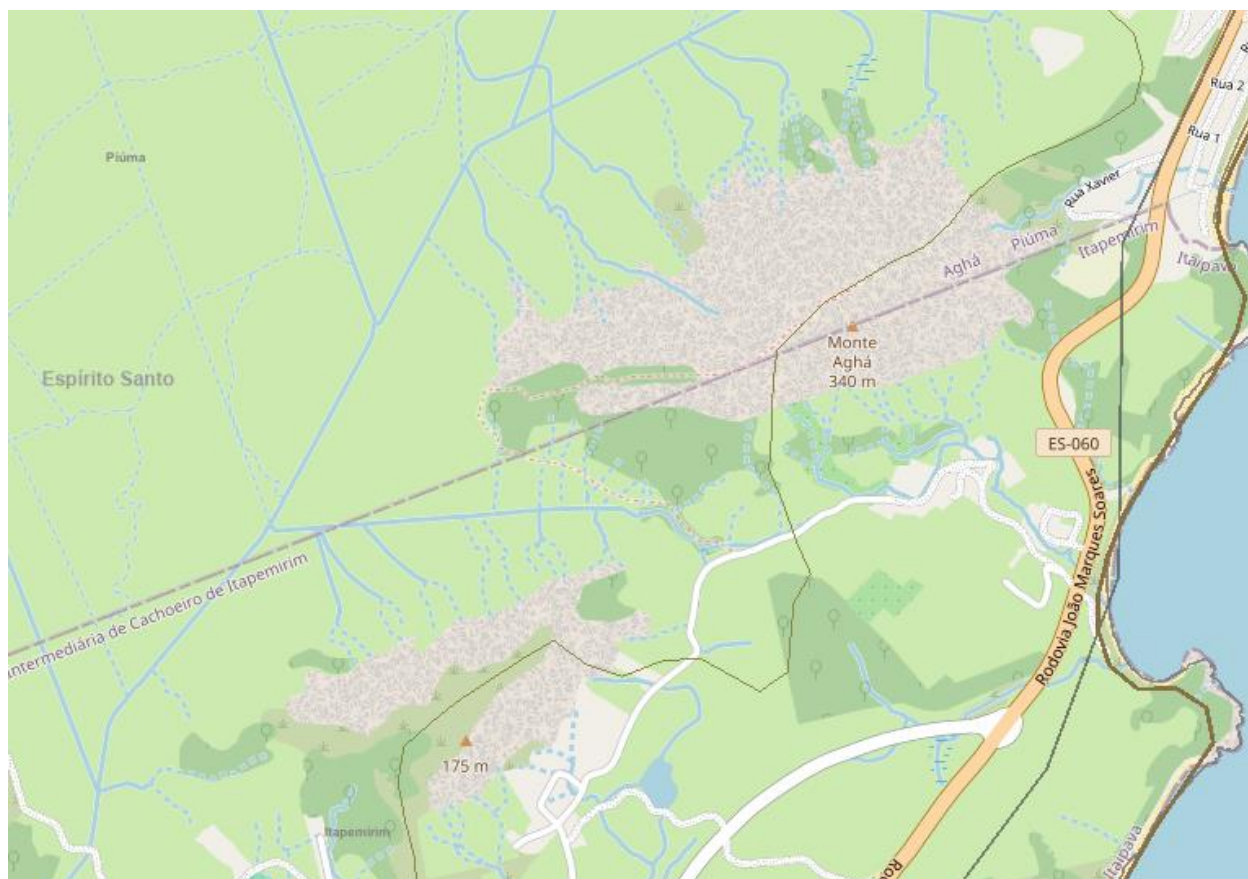
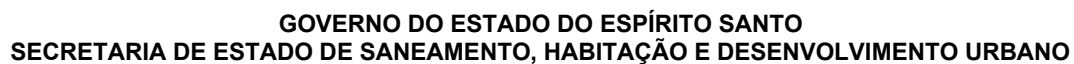


Figura 17 – Corpos hídricos nas proximidades do Monte Aghá

Verificando ainda, imagens de satélite, pode ser notado que existiam saídas d'água para o mar e que, ao longo dos anos, foram obstruídas. As figuras 18, 19 e 20 auxiliam esta percepção.





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

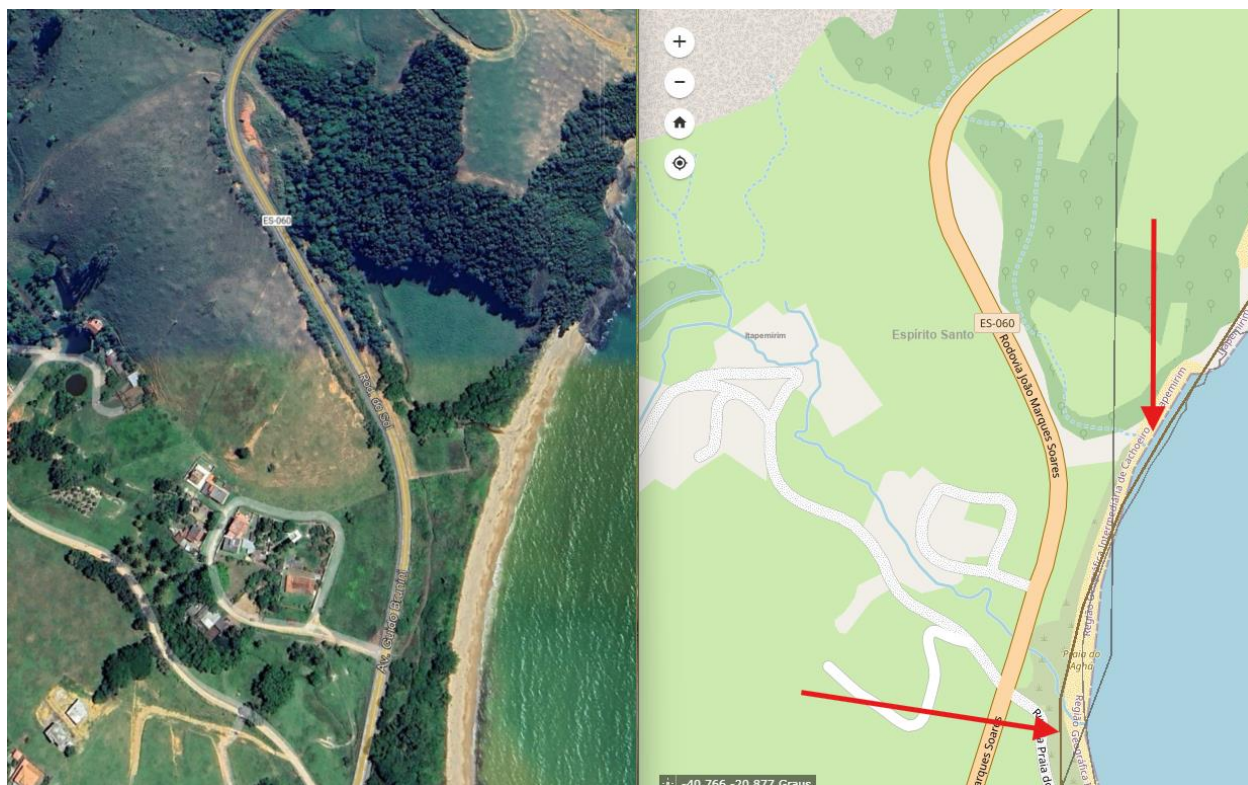


Figura 20 – Saída de água para o mar

Por meio da Figura 21, pode-se ainda verificar a existência de um curso d'água com saída para o mar, na qual o fluxo pode ter sido prejudicado por ocasião da implantação da rodovia ES-040.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO



Figura 21 – Curso d'água interrompido

Desta forma, sugere-se que o projeto apresente alternativas para o reestabelecimento dessas saídas, a fim de se reduzir o período de alagamento na região do Vale do Orobó.

4.3 DIRETRIZES TÉCNICAS

Para a elaboração dos projetos de engenharia, deverão ser seguidas as Normas Brasileiras Registradas (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) pertinentes à cada projeto e vigentes na data do recebimento definitivo dos mesmos, bem como as legislações e estudos, no âmbito estadual, municipal e federal e outros estudos já contratados pelo Governo do Estado do Espírito Santo, além das orientações da Equipe de Fiscalização, principalmente quanto às leis de uso e ocupação do solo e



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

planos diretores dos diversos municípios do Estado do Espírito Santo, se houver, e das Concessionárias de água/esgoto e energia elétrica.

Os projetos deverão ser elaborados e entregues em Building Information Modelling – BIM, conforme disposto no Art. 19 da Lei 14.133/2021.

A CONTRATADA será a responsável pelo levantamento dos serviços com quantitativos e preços na forma sintética e analítica (composição), curva ABC de insumos e serviços (Regra 80-20) e elaboração do cronograma físico-financeiro das obras.

A CONTRATADA deverá apresentar a memória de cálculo de todos os quantitativos apresentados nas planilhas orçamentárias de sua responsabilidade, além da aprovação final dos projetos nos órgãos competentes e Registro de Responsabilidade Técnica – RRT no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU e da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Espírito Santo - CREA/ES.

A CONTRATADA deverá incluir no custo do levantamento topográfico, o levantamento técnico de todas as condições do terreno, das edificações e elementos lindeiros aos imóveis, de modo a fornecer subsídios para a completa elaboração dos projetos executivos.

A CONTRATADA deverá efetuar a compatibilização e consolidação de todos os projetos, dados e documentos, gerando a Planilha Geral de Quantitativos e Preços com o objetivo de definir os custos das obras ou serviços.

Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA a aprovação e alterações necessárias dos projetos contratados nos diversos órgãos de fiscalização e controle, como CREA, PREFEITURAS, SANEAMENTO E ENERGIA, ÓRGÃOS AMBIENTAIS, CORPO de BOMBEIROS e demais entidades que as solicitem, até a aprovação e legalização definitiva dos mesmos, independentemente de o prazo contratual ter finalizado. A aprovação e legalização dos projetos não eximirão seus autores das



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

responsabilidades estabelecidas pelas normas, regulamentos e legislação pertinentes às suas atividades profissionais.

A CONTRATADA deverá providenciar o pagamento de todos os documentos impressos (jogos de projetos e documentos A4) e mobilização para o serviço de protocolo e acompanhamento nos órgãos competentes para aprovação e legalização dos projetos, devendo estes custos estarem inclusos em suas propostas.

A CONTRATADA e os respectivos profissionais responsáveis pelos projetos deverão ficar cientes que os mesmos serão solicitados a qualquer momento pela CONTRATANTE e pela futura empresa CONTRATADA para execução das obras, a prestar esclarecimentos e dirimir as dúvidas que porventura apareçam sobre os projetos, especificações e orçamentos, incluindo quaisquer solicitações de ajuste de projetos/planilha.

4.4 RELAÇÃO DE PRODUTOS

4.4.1 MEMORIAIS DESCRITIVOS

Todos os projetos deverão acompanhar Memorial Descritivo. Este, por sua vez, deverá descrever detalhadamente todas as fases e materiais utilizados no projeto, de forma a nortear a compra de materiais e a execução da obra, devendo conter, no mínimo, as seguintes orientações:

- a) Descrição detalhada do projeto, na forma de texto, onde serão apresentadas as soluções técnicas adotadas, necessárias ao pleno entendimento do projeto, contemplando as informações contidas nos desenhos e plantas. Deverão ser descritos os métodos construtivos, a forma de obtenção dos materiais, distâncias de transporte (jazidas e bota-fora), relação mínima de equipamentos, lógica de implantação das metas, sequência das etapas/fases de cada meta, entre outras;
- b) Quantificação preliminar do volume de material a ser lançado em bota-fora;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

- c) Apresentação de plantas e desenhos, com localização das áreas das jazidas e de bota fora.

4.4.2 MEMÓRIAS DE CÁLCULO

A justificativa técnica e a memória de cálculo deverá conter, no mínimo:

- a) Análise dos estudos realizados;
- b) Justificativa da escolha do tipo de equipamentos adotados;
- c) Memorial de cálculo dos projetos;
- d) Memória de cálculo de quantidades de cada item/serviço a ser incluído na planilha orçamentária (quantidade e unidades dos serviços necessários à execução do objeto).

4.4.3 CADERNO DE DETALHAMENTO TÉCNICO E ESPECIFICAÇÕES DE MATERIAIS E SERVIÇOS

O Caderno de Detalhamento Técnico e Especificações de Materiais e Serviços deverá apresentar:

- a) Descrição detalhada dos materiais utilizados;
- b) Descrição do serviço e do local onde será realizado ou instalado, finalidade, equipamentos e materiais utilizados e normas técnicas aplicáveis;
- c) Etapas e detalhes construtivos, de forma a caracterizar o objeto a ser executado e permitir a avaliação dos custos, dos métodos utilizados e dos prazos de execução;
- d) Controles de execução e critérios de aceitação dos materiais especificados.

4.4.4 PROJETO GEOMÉTRICO



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

O Projeto Geométrico deverá ser elaborado de forma a detalhar as soluções e serviços de forma suficiente e necessária à execução das obras, contemplando toda sua extensão.

Este projeto deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Planta planialtimétrica;
- b) Perfil longitudinal;
- c) Seções Transversais.

4.4.5 PROJETO ESTRUTURAL

O Projeto Estrutural deverá ser elaborado considerando os requisitos de desempenho, segurança e durabilidade das estruturas, atendendo às disposições das normas NBR 6118 e NBR 6122 e conter informações suficientes à execução da obra. Deverão estar previstos basicamente:

4.4.6 PROJETO HIDROMECAÂNICO

Caso o estudo hidráulico conclua pela manutenção das comportas existentes e/ou instalação de novas, o Projeto Hidromecânico deverá contemplar o dimensionamento hidráulico e os equipamentos mecânicos necessários ao bom do sistema de comportas, apresentando todas as características operacionais e dimensionais.

Este projeto deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Dimensionamento hidráulico da comporta;
- b) Dimensionamento hidráulico de outros dispositivos de drenagem que sejam necessários, tais como condutores de escoamento, galerias, bueiros, calhas, canaletas, ralos, caixas-ralo, caixas dissipadoras de energia, poços de bombeamento, linhas de recalque e outros;

4.4.7 PROJETO DE DRENAGEM PLUVIAL



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

O Projeto de Drenagem Pluvial deverá apresentar o detalhamento de dispositivos de drenagem e microdrenagem que sejam necessários para a implantação das intervenções previstas, devendo a solução proposta considerar as interferências identificadas nos Estudos Iniciais e conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Planta de localização;
- b) Planta baixa, corte e detalhes;
- c) Perfil longitudinal, se necessário;
- d) Detalhes construtivos.

4.4.8 MANUAL DE OPERAÇÃO E PLANO DE MANUTENÇÃO

O Manual de Operação e Manutenção dos sistemas de comportas deverá apresentar:

- a) Procedimentos de operação observado os equipamentos que as compõem e outros elementos adotados no projeto;
- b) Procedimentos para a manutenção, abordando, no mínimo:
 - i. Manutenção Preventiva, com o objetivo de reduzir ou impedir falhas no desempenho dos equipamentos;
 - ii. Manutenção preditiva, visando determinar, antecipadamente, a necessidade dos serviços de manutenção e reduzir o trabalho de emergência não planejado, impedir o aumento dos danos e aproveitar a vida útil total dos componentes / equipamentos.

4.4.9 PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

4.4.9.1 Planilha Orçamentária



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Deverá ser elaborada planilha orçamentária detalhada de todos os serviços, equipamentos e insumos constantes nos projetos apresentados, devendo conter as respectivas quantidades, unidades, preços unitários e preços totais de cada serviço a ser executado.

Para cada solução de engenharia, ou conjuntos delas (definido pela SEDURB), deverá ser elaborado um orçamento independente.

Ou seja, a SEDURB poderá solicitar a divisão das intervenções em planilhas orçamentárias distintas após a apresentação do orçamento global de todas as intervenções propostas, de forma a viabilizar financeiramente a sua execução em etapas.

A planilha orçamentária de quantidade e valores do serviço considerado deverá seguir o Decreto Estadual nº 7.893 de 08/04/2013, contemplando todos os itens necessários para a perfeita execução da obra, com data base recente na ocasião da entrega final dos projetos, incluindo a apresentação da curva ABC.

Todos os itens levantados que não constarem da relação de códigos das planilhas referenciais deverão ser acompanhados das respectivas composições de custo e cotações de mercado.

Não poderá ser discriminada nas planilhas de preços a utilização da unidade verba ou termo similar. A planilha deverá ser organizada por item de serviço, de forma a facilitar a medição da obra.

A memória de cálculo de quantidades deverá conter todos os serviços necessários à execução da obra, apresentando um roteiro de cálculo por item, com as respectivas quantidades e unidades, de forma a permitir a sua conferência.

4.4.9.2 Cronograma Físico Financeiro

Deverá ser elaborado de acordo com a Planilha Orçamentária e o Plano de Execução de Obras e conter a definição de todas as etapas do serviço e seus respectivos prazos de execução, bem como o valor correspondente a ser pago ao final de cada período (mês).



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

4.4.10 PLANO DE EXECUÇÃO E METODOLOGIA EXECUTIVA

4.4.10.1 Plano de Execução

O planejamento de obra é uma etapa essencial para garantir o sucesso de um empreendimento, que auxilia a manter os imprevistos sob controle, prevendo as entregas e mantendo as atividades dentro do prazo e custo. Deverão ser considerados na elaboração do plano de execução da obra todos os serviços necessários previstos na elaboração dos projetos executivos.

4.4.10.2 Metodologia Executiva

Deverá discorrer sobre a metodologia construtiva de cada etapa de execução prevista nos projetos executivos necessária para a entrega do objeto, devendo estar em consonância com o Plano de Execução. Deverão ser apresentados a ordem e a forma de execução, os equipamentos necessários e outros itens importantes à execução da obra.

Em caso de procedimentos não usuais ou que possam gerar dúvidas na execução, deverão ser elaborados croquis e/ou imagens, visando ilustrar e facilitar o entendimento dos mesmos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A CONTRATADA será convocada para participar da reunião inicial junto à fiscalização/gestão da CONTRATANTE, antes da emissão da Ordem de Serviço, onde serão discutidas as diretrizes gerais para o desenvolvimento dos estudos e projetos contidos neste Termo de Referência, bem como os detalhes sobre a condução desses estudos e projetos.

Serão também realizadas reuniões periódicas, documentadas por atas, para serem debatidas questões referentes aos projetos contratados. Nestas reuniões deverão ser apresentados os serviços até então realizados e tomadas as decisões quanto a



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

eventuais pendências. As reuniões de acompanhamento dos trabalhos acontecerão na sede da SEDURB, ou outro local por ela designado..

A sistemática para as comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá seguir o que consta no Contrato e neste TR.

Em qualquer caso, as comunicações serão por escrito, podendo ser utilizado endereço de e-mail previamente acordado entre as partes, devendo ser solicitado pelo remetente a confirmação de leitura, ou por ofício, via sistema e-docs do Estado do Espírito Santo.

No âmbito do serviço, as comunicações serão entre o Coordenador Geral e a equipe de fiscalização da CONTRATANTE.

Quando as comunicações, por sua natureza, ultrapassarem o âmbito da competência do Coordenador Geral e da fiscalização, dar-se-ão entre o responsável legal indicado pela CONTRATADA, e constante no contrato, e o subsecretário da SUBURB.

Os critérios relativos à entrega, recebimento, avaliação de desempenho e pagamento do objeto serão abordados nos tópicos seguintes.

6. VISITA TÉCNICA

A visita técnica para conhecimento pleno das áreas que são escopo dos projetos é facultada ao licitante e, quando realizada, deverá ser por representante indicado expressamente pela empresa, com o acompanhamento de servidor público designado para essa finalidade.

O agendamento das visitas deve ser realizado através do telefone (27) 3636-5043, das 9:00 às 17:00 horas, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

Para fins de qualificação técnica, mesmo que o licitante opte por não efetuar a visita técnica, ele irá declarar que tem conhecimento pleno dos locais e das condições em que deverá elaborado o projeto.

7. VALOR DA CONTRATAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

A contratação prevista neste TR tem como estimativa de custo global o valor de R\$ 289.021,30 (duzentos e oitenta e nove mil, vinte e um reais e trinta centavos).

Os preços estimados estão apresentados na planilha orçamentária anexa e foram obtidos através planilhas referenciais: SINAPI, SICRO e DER-ES.

O valor estimado engloba todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento e controles ambientais obrigatórios, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação e a análise de riscos presente no TR.

8. RECURSOS FINANCEIROS

A presente contratação se dará através dos recursos financeiros provenientes orçamento do Estado, conforme consta no Plano de Contratações Anual da SEDURB, exercício do ano de 2025.

SUBURB	PROJETO VALE DO OROBÓ	Serviço	1	RS	500.000,00	Nova	4 meses	4.4.90.51
--------	-----------------------	---------	---	----	------------	------	---------	-----------

Figura 4 – Recorte do PCA SEDURB, exercício de 2025. Disponível em:
<https://sedurb.es.gov.br/exercicio-2025>

9. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O prazo de execução do objeto desse Termo de Referência será de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, sendo o prazo de vigência do contrato de 150 (cento e cinquenta) dias corridos.

Deverá ser elaborada e apresentada a representação gráfica da previsão do andamento da execução dos serviços, na forma de cronograma físico-financeiro, no qual deverão ser indicados os prazos e os desembolsos a serem realizados nas diversas fases do projeto.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

O cronograma deverá obedecer ao prazo total de execução, conforme definido neste termo de referência, e, portanto, as modificações nos prazos parciais não poderão acarretar mudanças no prazo final estabelecido e depende de concordância do Contratante.

10. ENTREGA DO OBJETO

Os projetos executivos deverão ser elaborados e entregues em BIM - Building Information Modelling e apresentar as especificações técnicas, planilhas de custos e quantitativos, composição unitária de preços, memórias de cálculo, memoriais descritivos de todos os projetos, além da elaboração do caderno de encargos e cronograma físico-financeiro, de modo a possibilitar, com clareza, a realização de licitações, de acordo com a Lei nº 14.133/21 propiciando à Administração a abertura de procedimentos licitatórios eficientes, econômicos e juridicamente corretos.

A fonte de informação utilizada deverá ser indicada em todos os produtos. Nos produtos consolidados, deverá constar toda a bibliografia utilizada na elaboração dos mesmos, assim como as principais fontes de consulta de dados.

Todos os desenhos e plantas deverão ser apresentados seguindo as normas e dimensões da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e entregue em meio digital eletrônico através do E-Docs, assinados digitalmente pelo responsável técnico por sua elaboração, com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, conforme Medida Provisória nº 2.200-2/2001, para todos os arquivos originais produzidos, inclusive banco de dados georreferenciado, gravados no formato de aplicativos compatíveis com ambiente Microsoft Windows (Word, Excel, Autocad2006, ArcGis 9 ou superior) livres para edição e no formato PDF.

As vias físicas dos projetos, quando necessárias, deverão ser entregues impressas em papel A1, sulfite, preferencialmente, coloridas, conforme as Normas Técnicas da ABNT, para projetos de engenharia.

A contratada deverá elaborar maquete eletrônica para apresentação do projeto como um



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

todo, com apresentação.

11. RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto será recebido pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico:

- provisoriamente, em até 15 dias a contar da data da comunicação por escrito da CONTRATADA à CONTRATANTE, após a conclusão de cada projeto;
- definitivamente, em até 90 dias a contar da data da comunicação por escrito da CONTRATADA à CONTRATANTE após a conclusão de todos os projetos, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, após a conclusão de todo o objeto, e verificação de todos os itens pela fiscalização.

O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com alguma disposição do TR.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos projetos, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

A Contratada fica obrigada a corrigir às suas expensas, no todo ou em parte, quando forem verificados vícios, defeitos ou incorreções nos estudos e projetos apresentados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

O recebimento definitivo não eximirá A CONTRATADA da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto.

12. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

São os requisitos mínimos da contratação:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

- Empresa especializada em engenharia para elaboração de projetos executivos de macrodrenagem, estudos preliminares, memoriais descritivos, cadernos de especificação técnica, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro destinados a execução da obra.
- Estar apta para habilitação:
 - a) Jurídica;
 - b) Fiscal, social e trabalhista;
 - c) Econômica-financeira;
 - d) Técnica.
- Declaração de que inexistente, no quadro funcional da empresa, menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de dezesesseis anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos (Lei 9.854/1999) INCISO XXXIII, ART. 7º, DA CF/88
- Atendimento às regras relativas ao CRC/ES.
- Atendimento aos parâmetros de sustentabilidade estabelecidos no Guia Nacional das Contratações Sustentáveis, publicado pela AGU em setembro de 2023.

12.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1.1 CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

- Registro ou Inscrição da licitante no Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região da sede da empresa.
- Comprovação de que o licitante executou/prestou, sem restrição, serviços de elaboração dos projetos de características semelhantes ao escopo desta contratação. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) Atestado ou Certidão de Acervo Técnico, certificado pelo CREA ou CAU,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

devidamente assinado e carimbado pelo órgão ou entidade pública ou privada declarante.

- a) Caso a comprovação da capacidade técnico-operacional seja feita através de atestado do Responsável Técnico da empresa, deverá estar expresso na Certidão de Acervo Técnico que o profissional que a detém estava à época da execução da obra/serviço vinculado à licitante;
 - b) Será admitido o somatório de atestados, seja para comprovação da experiência anterior do licitante na execução de todos os serviços discriminados, seja para o atendimento do quantitativo mínimo especificado para cada um deles.
 - c) Não serão aceitos atestados e/ou Certidões de Acervos parciais, referente a obras em andamento.
- Entende-se por serviço compatível aquele que apresenta complexidade tecnológica e operacional igual ou superior a:
 - a) Elaboração de Estudo Hidrológico e Hidráulico de Bacia Hidrográfica, com pelo menos 15 quilômetros quadrados;
 - b) Elaboração de projetos de drenagem;
 - Declaração indicando o responsável técnico pela execução dos serviços através do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), os quais deverão comprovar qualificação técnico-profissional.

12.3.2 CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

- Registro ou Inscrição do responsável técnico indicado no Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região da sede da empresa;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

- Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente profissional devidamente reconhecido pelo CREA ou CAU, de nível superior, e que seja detentor de no mínimo 01 (um) atestado e/ou 1 (uma) Certidão de Acervo Técnico por execução dos serviços de características semelhantes ao escopo desta contratação, considerando-se as parcelas de maior relevância. As características semelhantes para comprovação da capacidade técnico-profissional da licitante são:
 - a) Elaboração de Estudo Hidrológico e Hidráulico de Bacia Hidrográfica, com pelo menos 15 quilômetros quadrados;
 - b) Elaboração de projetos de drenagem;
- O responsável técnico indicado poderá ocupar a posição de diretor, sócio ou integrar o quadro permanente do licitante na condição de empregado ou de prestador de serviços, devendo ser comprovada sua vinculação com o licitante, até a data da apresentação dos documentos de habilitação, por meio de carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contrato de prestação de serviços, termo de compromisso futuro - ficando o(s) profissional(is) comprometido(s) com a execução do objeto licitado, caso a empresa se sagre vencedora no certame, ficha de registro de empregado ou contrato social, conforme o caso.
- O contrato de prestação de serviços que se refira à obrigação futura do profissional em responder tecnicamente pelo licitante deverá especificar sua vinculação à execução integral da obra/serviço objeto desta licitação.
- O profissional indicado pelo licitante para fins de comprovação da capacidade técnica-profissional deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender as mesmas exigências deste Edital.
- Será admitido o somatório de atestados para comprovação da experiência anterior do Responsável Técnico.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

- No caso de dois ou mais licitantes indicarem um mesmo profissional como responsável técnico todas serão inabilitadas.
- Não serão aceitos atestados e/ou Certidões de Acervos parciais, referente a serviços em andamento.

13. EQUIPE TÉCNICA PRINCIPAL

Para elaboração dos projetos, a empresa licitante deverá possuir em seu quadro técnico profissionais devidamente habilitados nos Conselhos Profissionais para o desenvolvimento dos projetos e estudos específicos e possuírem experiência comprovada por meio de apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo respectivo Conselho de Classe, que os disponibilizará, se vencedora da licitação, para que efetivamente se responsabilizem pela execução dos produtos.

Deverão ser definidas as atribuições de cada profissional, contendo nome completo, título profissional, registro no CREA, área de atuação e natureza da relação profissional com a empresa licitante (sócio, empregado, responsável técnico ou carta de compromisso).

O profissional habilitado na qualificação técnica profissional, por ocasião da licitação, deverá compor, obrigatoriamente, a equipe técnica da CONTRATADA, o qual deverá assumir a responsabilidade técnica pela elaboração de projetos de sua área de atuação, podendo ser substituído ao longo do contrato por profissional com capacitação igual ou superior à inicialmente apresentada, desde que seja previamente aprovado pela contratante.

A CONTRATADA deverá possuir um COORDENADOR GERAL, Engenheiro Civil ou outra habilitação com as mesmas atribuições, profissional Master, com experiência comprovada em coordenação de projetos de características semelhantes ou superior ao objeto deste TR. O Coordenador será o elemento de ligação entre a CONTRATADA e a SEDURB, durante a execução do contrato, e será o responsável pela integração de todos os projetos. A coordenação geral deverá prover o suporte para o desenvolvimento das atividades, devendo estar disponível em horário comercial para atendimento a todas as demandas da SEDURB relacionadas ao



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

contrato, estando seu custo previsto nas despesas indiretas da contratação.

14. SUBCONTRATAÇÃO

Será permitida a subcontratação para as atividades que não constituem o escopo principal do objeto, respeitando o limite de 25% e desde que previamente autorizada pela fiscalização.

Entende-se como escopo principal do objeto o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida a apresentação de atestados que comprovassem execução de serviço com características semelhantes.

A subcontratação não exclui a responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado, e portanto, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela execução contratual, revisão, coordenação e supervisão do objeto.

A responsabilidade quanto ao pagamento da subcontratada será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, de forma que a SEDURB não fará pagamentos diretos à subcontratada.

15. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

A CONTRATANTE efetuará a fiscalização e a gestão do Contrato através de representantes por ela indicados, por profissional ou equipe de fiscalização habilitada, desde o início até o final do contrato, com a experiência técnica necessária ao acompanhamento e controle do serviço que está sendo executado, conforme Portaria SEGER nº 49-R/2010.

A execução das atividades relativas à cada etapa será instrumento de verificação e avaliação de desempenho pela Fiscalização do contrato, condições indispensáveis para pagamento dos produtos.

A gestão do contrato, no que couber, observará às disposições contidas na



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Portaria SEGER/PGE/SECONT nº 049/2010 e suas alterações.

Será designado formalmente pela SUBURB, os servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, competindo-lhes atestar a execução e entrega do objeto, observando as disposições deste Contrato.

16. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E PAGAMENTOS

Para fins de medição dos serviços executados, a CONTRATADA deverá entregar os produtos elaborados e aprovados, via E-Docs, solicitando medição, com informação dos itens a serem medidos. Além disso, deverá ser anexada a planilha contratual de medição com memória de cálculo dos itens a serem medidos. Todos os documentos deverão estar assinados e carimbados pelo responsável técnico da CONTRATADA.

A CONTRATANTE analisará o pleito de medição, o submeterá a avaliação de desempenho e, somente após a sua avaliação e aprovação, a CONTRATADA poderá emitir a Nota Fiscal no valor aprovado.

O pagamento referente ao valor atestado pela fiscalização do contrato, a ser realizado pelo setor financeiro da CONTRATANTE, só será efetuado após a emissão e entrega pela CONTRATADA da Nota Fiscal e documentos exigidos pelo Decreto Estadual 5545-R, de 14 de novembro de 2023 e descontos previsto no Decreto nº 5460-R, de 28 de julho de 2023.

16.1 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

O desempenho dos serviços executados será aferido pela fiscalização do Contrato, por projeto ou relatório entregue, na ocasião do seu aceite, através dos critérios de pontuação de desempenho, sendo estes, indicadores da capacidade da Contratada de entregar as atividades e serviços planejados, em conformidade com os requisitos de execução e no período programado.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Os serviços executados pela CONTRATADA serão avaliados por meio de 3 (três) indicadores de qualidade:

- a) conteúdo e texto ou detalhamento (para projeto e orçamento);
- b) formatação; e
- c) prazo de entrega.

A pontuação de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), avaliados conforme critérios e mecanismos de cálculo dos quadros apresentados abaixo.

Quadro 1 – Indicador de Conteúdo

Indicador – PONTUAÇÃO DE CONTEÚDO – PC – (0, 30 ou 60 pontos)	
Item	Descrição
Finalidade	Mensurar a qualidade do conteúdo em cada produto, conforme especificações deste termo de referência.
Meta a cumprir	Alta qualidade no conteúdo de todos os itens exigidos para todos os produtos.
Instrumento de medição	Avaliação dos produtos pelos contratantes.
Forma de acompanhamento	Pessoal, pelo servidor responsável.
Periodicidade	Por evento, a cada recebimento de produto.
Mecanismo de Cálculo	Verificação das faixas de pontuação por cada produto.
Faixas de pontuação	Averiguação serviço a serviço, em todos os produtos constantes da ordem de serviço: - Conteúdo de qualidade plena: completos, com todos os elementos exigíveis por norma, com detalhamento adequado e conteúdo suficiente para a execução plena da obra, preços orçados com base em tabelas referenciais ou ampla cotação de mercado, com composições de custos próprias, bem detalhadas e coerente, memória de cálculo de quantidades completa, que permita verificar



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

	<p>as quantidades previstas para cada serviço da planilha orçamentária: 60 pontos</p> <p>- Conteúdo de qualidade mediana: desvios ou imprecisões, em relação ao conteúdo de qualidade plena, que não comprometem a compreensão do conteúdo: 30 pontos</p> <p>- Conteúdo de qualidade inferior: falhas técnicas, de lógica ou de argumentação que fragilizam ou comprometem a correta compreensão do conteúdo: 0 pontos.</p>
--	---

Quadro 2 – Indicador de Formatação

Indicador – PONTUAÇÃO DE FORMATAÇÃO - PF	
Nº 2 – Texto ou detalhamento (para projeto e orçamento) e Formatação (0, 5 ou 10 pontos)	
Item	Descrição
Finalidade	<p>Mensurar a coesão, a clareza, a correção ortográfica e gramatical do texto, de maneira a possibilitar a correta apreensão do conteúdo.</p> <p>Mensurar a qualidade do detalhamento dos projetos ou orçamentos elaborados.</p> <p>Garantir a padronização e a adequação estética na formatação de pranchas de projeto, textos, planilhas, gráficos e tabelas, de forma a facilitar a leitura e a organização dos documentos.</p>
Meta a cumprir	<p>Texto coeso, claro, com correção ortográfica e gramatical.</p> <p>Formatação adequada dos projetos e orçamentos elaborados.</p> <p>Documentos com textos, gráficos e tabelas padronizados e adequadamente formatados.</p>
Instrumento de medição	Avaliação dos produtos pelos contratantes.
Forma de acompanhamento	Pessoal, pelo servidor responsável em cada órgão.
Periodicidade	Por evento, a cada recebimento de produtos.
Mecanismo de Cálculo	Verificação das faixas de pontuação por produto.
Faixas de pontuação	<p>Averiguação do texto, detalhamento e formatação produto a produto, conforme relacionado na ordem de serviço e no termo de referência:</p> <p>- qualidade plena: texto coeso, claro, com correção ortográfica e gramatical, detalhamento de projetos e orçamentos coerente e claro: 10 pontos</p>



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

	<ul style="list-style-type: none">- qualidade mediana: ocorrência eventual de erros que não comprometem a compreensão do produto: 5 pontos- qualidade inferior: erros que comprometem a compreensão de conteúdo ou ocorrência frequente de erros de qualquer espécie no texto: 0 pontos
--	--

Quadro 3 – Indicador de Prazo

Indicador – PONTUAÇÃO DE PRAZO – PP	
Nº 3 – Atendimento ao prazo de entrega (0, 15 ou 30 pontos)	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que as entregas atendam às necessidades da CONTRATANTE e que principalmente, possíveis atrasos não prejudiquem a execução de contratos relacionados.
Meta a cumprir	Entrega dentro do prazo constante no cronograma de execução
Instrumento de medição	Avaliação dos produtos pelos contratantes.
Forma de acompanhamento	Pessoal, pelo servidor responsável em cada órgão.
Periodicidade	Por evento, a cada recebimento de produtos.
Mecanismo de Cálculo	Verificação das faixas de pontuação por produto.
Faixas de pontuação	Averiguação da data de entrega do produto: <ul style="list-style-type: none">- entrega na data prevista no cronograma de execução: 30 pontos- entrega em data posterior no cronograma de execução, em até 5 dias úteis: 15 pontos- entrega em data posterior a data no cronograma de execução com mais de 5 dias úteis: 0 pontos

A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final para cada produto, correspondente à soma das pontuações obtidas em cada indicador, conforme fórmula abaixo:

$$PD = PC + PF + PP$$

Onde:

Rua Alberto de Oliveira Santos nº 42, 20º andar, Edifício AMES, Vitória/ES
CEP: 29.010-901 - Tel.: (27) 3636-5009
E-mail: licitacao@sedurb.es.gov.br / www.sedurb.es.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

PD = PONTUAÇÃO DE DESEMPENHO

PC = PONTUAÇÃO DE CONTEÚDO

PF = PONTUAÇÃO DE FORMATAÇÃO

PP = PONTUAÇÃO DE PRAZO

16.2 DO FATOR DE AJUSTE DE NÍVEL DE SERVIÇO

Como resultante à Pontuação de Desempenho, obtido na avaliação dos produtos, será atribuído um Fator de Ajuste de Nível de Serviço, correspondente aos possíveis desvios de qualidade encontrados pela CONTRATANTE, de modo a compor o cálculo do valor devido por item de serviço da planilha orçamentária, conforme quadro e fórmula apresentados abaixo:

Quadro 4

Faixas de Pontuação	Pagamento Devido	Fator de Ajuste de Nível de Serviço
De 91 a 100	100% do valor correspondente ao serviço	1
De 81 a 90	90% do valor correspondente ao serviço	0,90
De 71 a 80	80% do valor correspondente ao serviço	0,80
Menor que 70	inaceitável	-

Caso os serviços entregues sejam rejeitados (considerados inaceitáveis) pela fiscalização, eles serão devolvidos a CONTRATADA com as devidas indicações de não conformidades apresentadas para correção, caso essas sejam possíveis. Para os ajustes de qualidade, será concedido à CONTRATADA um prazo de até 5 dias úteis, podendo esse prazo ser dilatado a critério da fiscalização.

A reincidência do serviço deficitário implicará na aplicação das sanções contratuais cabíveis.

O prazo entre a entrega provisória dos produtos e a notificação prévia da CONTRATADA será de até 10 (dez) dias úteis.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

O efetivo cálculo de pontuação e possível desconto no pagamento acarretado por desvios de desempenho deve ser realizado no momento da aceitação definitiva dos produtos, devendo ser a memória de cálculo, apresentada.

Os produtos cujo serviços atingiram Índice de Desempenho inferiores a 70 pontos são inaceitáveis e devem ser recusados, não gerando à CONTRATADA qualquer direito ao recebimento pela execução dos serviços.

A CONTRATANTE irá observar os critérios de desempenho e de avaliação da qualidade apresentados neste documento, sem prejuízo de outros controles eventualmente aplicáveis, a critério do CONTRATANTE.

A aplicação de descontos decorrentes do Fatores de Ajuste de Nível de Serviço não substitui ou impede a aplicação de sanções previstas no Edital ou na legislação.

16.3 PAGAMENTOS

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo serviço efetivamente prestado no mês de referência.

A fatura será paga até o 10º (décimo) dia útil após a sua apresentação.

Na ocorrência do pagamento não ser efetuado até o prazo estipulado, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times 12/100 \times ND/360$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

A liquidação das despesas obedecerá, rigorosamente o, estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, ela será devolvida à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela CONTRATANTE.

Na hipótese da indisponibilidade temporária do índice, a CONTRATADA emitirá a fatura considerando o índice de reajuste utilizado no mês anterior ao de referência, ficando a diferença para emissão “a posteriori”, quando da disponibilidade do índice definitivo, para acerto na fatura seguinte, sem reajustes.

Não será possível, sob nenhuma hipótese, a realização de pagamentos antecipados.

17. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Poderão participar do processo licitatório consórcios formados por até 2 (duas) empresas.

18. JUSTIFICATIVA PARA CRITÉRIO DE MENOR PREÇO

O critério de menor preço foi adotado em razão de:

- Normatização técnica consolidada (ex.: ABNT, DNIT, manuais do Ministério das Cidades) para elaboração dos projetos e relatórios;
- Objeto executável por diversas empresas com formação técnica compatível e sem necessidade de expertise especializada;
- Escopo técnico previsível e replicável.

Nesse caso, qualquer empresa de engenharia regularmente habilitada pode executar tais projetos, o que demonstra que se trata de serviço comum, mesmo que envolva elaboração de projetos. Nesse caso, a competição pelo menor preço garante economicidade à Administração, sem comprometer a qualidade técnica.

O critério de menor preço, neste caso, configura maior participação no certame e garantia de ampla concorrência.

19. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

São as responsabilidades da CONTRATANTE:

- Cumprir fielmente às disposições do contrato, no que lhe couber;
- Fornecer à CONTRATADA os elementos indispensáveis ao início dos serviços no prazo estabelecido no contrato;
- Efetuar a análise dos serviços já executados;
- Avaliar as medições e faturas apresentadas pela CONTRATADA, atestando-as para pagamento, se for o caso, observando os procedimentos estabelecidos em Legislação própria e neste TR;
- Avaliar a necessidade de aditamento ao contrato solicitada pela CONTRATADA, observado o disposto na legislação em vigor e nas normas internas da CONTRATANTE;
- Realizar avaliação de desempenho da CONTRATADA, para atendimento aos Art. 58 e 59 da Portaria SEGER/PGE/SECONT N° 049-R/2010;
- Manter um arquivo completo e atualizado de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo o contrato, estudos, projetos, orçamento, cronograma, correspondência, medição e relatórios de andamento das atividades.
- A fiscalização poderá ainda ser auxiliada por empresa contratada para serviços de supervisão.

20. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São as responsabilidades da CONTRATADA:

- Cumprir fielmente às disposições do contrato, no que lhe couber, executando suas atividades em conformidade com o descrito neste Termo de Referência e seus anexos, bem como às normas técnicas pertinentes às disposições do contrato;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

- Cumprir rigorosamente a relação de serviços descritos na planilha de orçamento e os elementos de composição de preços unitários;
- Executar todos os serviços em conformidade com a legislação ambiental em vigor;
- Providenciar junto ao CREA/CAU as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos ternos da Lei nº 6496/77, e apresentá-la em até 5 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço;
- Aprovar os projetos e/ou serviços nos órgãos com jurisdição sobre a matéria, cabendo à CONTRATADA integral responsabilidade sobre todos os emolumentos e respectivas cópias dos projetos para aprovação;
- Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato e atender rigorosamente às normas de segurança, higiene e medicina do trabalho;
- Cumprir rigorosamente o cronograma físico-financeiro e manter a CONTRATANTE sempre informada do andamento dos trabalhos, mediante apresentação de relatórios detalhados a serem apresentados, no mínimo, quinzenalmente. Alertar à SEDURB quanto às condições de cumprimento dos prazos estipulados para a execução dos serviços;
- Manter, durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Quando do acesso ou tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados 63 Pessoais”), no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

- Propor à CONTRATANTE alternativas técnicas para solução de problemas que venham ocorrer no transcurso dos serviços, levando em consideração os aspectos técnicos e econômicos envolvidos;
- Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao patrimônio do Estado e de terceiros, por pessoas integrantes de suas equipes de trabalho;

21. SANÇÕES

Na ocorrência de infrações administrativas, serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

São consideradas infrações:

*“ Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes **infrações**:*

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.”

22. REAJUSTE

O reajuste será adotado, obrigatoriamente, como forma de compensação dos efeitos das variações inflacionárias, desde que decorrido 12 (doze) meses, a contar da data limite para apresentação da proposta ou da data do último reajustamento, mediante solicitação formal da CONTRATADA.

O reajuste do preço contratado levará em consideração o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

Compete à CONTRATADA, a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando-se a respectiva discriminação dos serviços e memorial de cálculo do reajuste, e demais documentos comprobatórios do reajuste pleiteado.

O reajuste, previsto no Contrato, não caracteriza alteração contratual e, portanto, em conformidade com o Art. 136 da Lei 14.133/21, será realizado por apostila.

23. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante celebração de Termo Aditivo, nas hipóteses previstas nos Art. 124 a Art. 134 da Lei 14.133/2021 e na análise e mapeamento de Riscos, constante neste TR.

Na celebração de termos aditivos, serão seguidos os dispostos na Lei Estadual Nº 10.577/2016 - CÁLCULO DE VANTAJOSIDADE EM CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS DE OBRAS PÚBLICAS.

A vantagem obtida na proposta vencedora deverá ser mantida nas alterações contratuais na celebração de aditivos.

Para o caso de aditamentos contratuais que modifiquem a planilha orçamentária, a vantagem é representada pela diferença percentual entre o preço global do contrato celebrado e o valor global de referência da licitação, que deverá ser mantida após os aditamentos contratuais quantitativos e qualitativos.

24. GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

O licitante vencedor deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis do início de sua vigência.

Sem prejuízo das demais hipóteses previstas no contrato e na regulamentação vigente, a garantia poderá ser utilizada para o pagamento de:

- Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- Prejuízos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- Multas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;
- Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas, quando couber.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, nas mesmas condições e parâmetros da contratação, evitando-se a interrupção da continuidade da cobertura pela garantia.

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

A inobservância do prazo fixado para apresentação ou renovação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), o qual poderá ser glosado de pagamentos devidos.

O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base nesta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas em lei, sem prejuízo da manutenção da multa aplicada.

Será considerada extinta e liberada a garantia:

- Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE de que a CONTRATADA cumpriu todas as obrigações contratuais;
- No prazo de 03 (três) meses após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia.

Havendo prorrogação de prazo formalmente admitido pela Administração, deverá a CONTRATADA apresentar nova garantia de execução do Contrato, de forma a abranger o período de prorrogação, retendo a administração os créditos do Contratado, enquanto não efetivada tal garantia, ou valor a ela correspondente.

Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.

25. ANÁLISE E MAPEAMENTO DE RISCOS

A contratação prevê a análise e gestão de riscos, em conformidade com o Art. 33 do Decreto Estadual 5.307-R/2023 e com o Art. 18 da Lei Federal 14.133/2021.

A análise de riscos constitui peça integrante e anexa do presente Termo de Referência.

O mapa lista os possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto no cronograma, necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro, ou mesmo necessidade de prorrogação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência.

Ao participar do certame a CONTRATADA declara:

- a) Ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato; e
- b) Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

26. DISPOSIÇÕES GERAIS

O licitante deverá apresentar com sua proposta uma **DECLARAÇÃO DE QUE TEM PLENO CONHECIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES DE SERVIÇOS, PLANILHAS DE REFERÊNCIA DE PREÇOS DA CONTRATANTE, BEM COMO DO TR, MAPA DE RISCOS E EDITAL DE LICITAÇÃO.**



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Deverá ser incluída, ainda, na declaração, que o declarante e sua equipe técnica conhecem o local de onde deverão ser realizados os estudos e projetos e que têm conhecimento das suas peculiaridades e ônus decorrentes dessas, para nada reclamar posteriormente.

Nos preços contratuais estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos sociais e trabalhistas, e demais custos necessários à perfeita execução dos serviços.

A CONTRATADA deverá, na execução dos serviços, obedecer a todas as condições contidas neste TR, ainda que não constem no contrato ou ato convocatório.

Vitória, 07 de julho de 2025.

ELABORAÇÃO

Mônica Marques Pereira
Analista do Executivo

APROVAÇÃO

Brunella Foletto Costa Amblard
Gerente de Projetos e Programas Urbanos

Zilma Lyra Peterli
Subsecretária de Programas Urbanos



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

ANEXO I.A - ANÁLISE E MAPEAMENTO DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO

(inc. X do art. 18 e inc. I do art. 72 da Lei 14.133/2021, §7º do art. 17 do Decreto 5352-R/2023)

RISCO 1		
Descrição: Ausência de elementos necessários ao ETP		
Probabilidade:	(X) Pouco () Provável () Muito	
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto	
Fase Impactada:	(X) Fase Interna () Fase Externa () Gestão do Contrato	
Id	Dano	
1.	Possibilidade de impugnação do Edital	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Observar o que dispõe o art.18 da Lei n. 14.133/2021.	Equipe responsável pela fase de planejamento da Contratação.
2.	Seguir as recomendações dos órgãos de fiscalização e controle.	
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Em caso de impugnação, revisão dos itens.	Equipe responsável pela fase de planejamento da Contratação
2.	Republicação do Edital.	Setor de Licitação



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

RISCO 2		
Descrição: Definição de exigências desnecessárias de caráter restritivo no Edital, no que tange à qualificação técnica profissional da empresa		
Probabilidade:	(X) Pouco () Provável () Muito	
Impacto:	(X) Baixo () Médio () Alto	
Fase Impactada:	() Fase Interna (X) Fase Externa () Gestão do Contrato	
Id	Dano	
1.	Possibilidade de impugnação do Edital	
2.	Certame deserto	
3.	Atrasos na contratação e na entrega do objeto	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Observar o que dispõe os art.62 e 70 da Lei n. 14.133/2021	Equipe responsável pela fase de planejamento da Contratação
2.	Seguir as recomendações dos órgãos de fiscalização e controle.	
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Em caso de impugnação, revisão dos itens.	Equipe responsável pela fase de planejamento da Contratação
2.	Republicação do Edital	Contratante - Setor de Licitação



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

RISCO 3		
Descrição: Corte de recursos financeiros da contratação		
Probabilidade:	(X) Pouco () Provável () Muito	
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto	
Fase Impactada:	(X) Fase Interna Contrato (X) Fase Externa (X) Gestão do	
Id	Dano	
1.	Interrupção do processo licitatório	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Verificação do planejamento orçamentário	Equipe responsável pela fase de planejamento da Contratação
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Revisão do planejamento orçamentário	Equipe responsável pela fase de planejamento da Contratação



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

RISCO 4		
Descrição: Empresa com qualificação inadequada para execução do objeto		
Probabilidade:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Pouco (<input type="checkbox"/>) Provável (<input type="checkbox"/>) Muito	
Impacto:	(<input type="checkbox"/>) Baixo (<input type="checkbox"/>) Médio (<input checked="" type="checkbox"/>) Alto	
Fase Impactada:	(<input type="checkbox"/>) Fase Interna (<input type="checkbox"/>) Fase Externa (<input checked="" type="checkbox"/>) Gestão do Contrato	
Id	Dano	
1.	Não conclusão do objeto	
2.	Descumprimento de obrigações previstas no Contrato	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Inclusão no edital de exigências de qualificação técnica, econômica e jurídica	Equipe responsável pela fase de planejamento da Contratação
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Rescisão contratual	Gestão do Contrato



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

RISCO 5		
Descrição: Descumprimento dos prazos do Contrato		
Probabilidade:	() Pouco (X) Provável () Muito	
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto	
Fase Impactada:	() Fase Interna () Fase Externa (X) Gestão do Contrato	
Id	Dano	
1.	Atraso na conclusão do objeto	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Determinação de prazos no Contrato	Equipe responsável pela fase de planejamento da Contratação
2.	Fiscalização efetiva na execução do Contrato	Fiscalização do Contrato
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Aplicação de penalidades	Fiscalização do Contrato



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

RISCO 6		
Descrição: Ocorrência de acidentes de trabalho		
Probabilidade:	(X) Pouco () Provável () Muito	
Impacto:	(X) Baixo () Médio () Alto	
Fase Impactada:	() Fase Interna () Fase Externa (X) Gestão do Contrato	
Id	Dano	
1.	Danos materiais e risco à vida	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Cumprimento da legislação trabalhista	Empresa contratada
2.	Implantação de Programas de Medicina e Segurança do trabalho, em conformidade com as Normas Reguladoras que couberem às atividades	Empresa contratada
3.	Fornecimento e obrigatoriedade de uso de EPI	Empresa contratada
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Em caso de acidentes, solicitar que a Contratada realize os procedimentos administrativos necessários junto aos órgãos competentes e encaminhe à fiscalização a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) registrada junto à Previdência Social.	Fiscalização do Contrato



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

RISCO 7		
Descrição: Descumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias		
Probabilidade:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Pouco (<input type="checkbox"/>) Provável (<input type="checkbox"/>) Muito	
Impacto:	(<input type="checkbox"/>) Baixo (<input checked="" type="checkbox"/>) Médio (<input type="checkbox"/>) Alto	
Fase Impactada:	(<input type="checkbox"/>) Fase Interna (<input type="checkbox"/>) Fase Externa (<input checked="" type="checkbox"/>) Gestão do Contrato	
Id	Dano	
1.	Responsabilidade subsidiária da Administração Pública, em eventual reclamatória trabalhista, quando comprovada culpa ou desídia, pelos danos causados ao empregado terceirizado.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Análise criteriosa da documentação exigida para a habilitação do contratado.	Comissão de licitação
2.	Fiscalização eficiente e efetiva na execução do contrato.	Fiscalização do contrato.
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Aplicação de penalidades	Fiscalização do Contrato



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

ANEXO II - REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1 - **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

1.2 - **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.3 - **Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.4 - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.5 - **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

1.6 - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.7 - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

1.8 - **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

1.9 - **Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

2 - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.2.1 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

2.2.2 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

2.3 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

2.4 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado);

2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante;

2.6 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante certidão expedida pela Caixa Econômica Federal;

2.7 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

2.8 - Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

2.9 - Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

2.9.1 - A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição.

2.9.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

2.9.3 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período.

2.9.4 - Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, ou trabalhista, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão.

2.9.5 - Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal ou trabalhista.

2.9.6 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão.

2.9.7 - A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções legais, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

3 - HABILITAÇÃO TÉCNICA

CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

3.1 - Registro ou Inscrição da licitante no Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região da sede da empresa.

3.2 - Comprovação de que o licitante executou/prestou, sem restrição, serviços de elaboração dos projetos de características semelhantes ao escopo desta contratação. A



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) Atestado ou Certidão de Acervo Técnico, certificado pelo CREA ou CAU, devidamente assinado e carimbado pelo órgão ou entidade pública ou privada declarante.

3.2.1 - Caso a comprovação da capacidade técnico-operacional seja feita através de atestado do Responsável Técnico da empresa, deverá estar expresso na Certidão de Acervo Técnico que o profissional que a detém estava à época da execução da obra/serviço vinculado à licitante;

3.2.2 - Será admitido o somatório de atestados, seja para comprovação da experiência anterior do licitante na execução de todos os serviços discriminados, seja para o atendimento do quantitativo mínimo especificado para cada um deles.

3.2.3 - Não serão aceitos atestados e/ou Certidões de Acervos parciais, referente a obras em andamento.

3.2.4 - Entende-se por serviço compatível aquele que apresenta complexidade tecnológica e operacional igual ou superior a:

(a) Elaboração de Estudo Hidrológico e Hidráulico de Bacia Hidrográfica, com pelo menos 15 quilômetros quadrados;

(b) Elaboração de projetos de drenagem;

3.3 - Declaração indicando o responsável técnico pela execução dos serviços através do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), os quais deverão comprovar qualificação técnico-profissional.

3.4 - Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

3.5 - Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, observar-se-á o disposto no art. 67, §§ 10 e 11, da Lei 14.133/2021.

3.6 - O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

3.7 - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

3.7.1 - A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

3.8 - Registro ou Inscrição do responsável técnico indicado no Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região da sede da empresa.

3.9 - Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente profissional devidamente reconhecido pelo CREA ou CAU, de nível superior, e que seja detentor de no mínimo 01 (um) atestado e/ou 1 (uma) Certidão de Acervo Técnico por execução dos serviços de características semelhantes ao escopo desta contratação, considerando-se as parcelas de maior relevância. As características semelhantes para comprovação da capacidade técnico-profissional da licitante são:

(a) Elaboração de Estudo Hidrológico e Hidráulico de Bacia Hidrográfica, com pelo menos 15 quilômetros quadrados;

(b) Elaboração de projetos de drenagem;

3.10 - O responsável técnico indicado poderá ocupar a posição de diretor, sócio ou integrar o quadro permanente do licitante na condição de empregado ou de prestador de serviços, devendo ser comprovada sua vinculação com o licitante, até a data da apresentação dos documentos de habilitação, por meio de carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contrato de prestação de serviços, termo de compromisso futuro - ficando o(s) profissional(is) comprometido(s) com a execução do objeto licitado, caso a empresa se sagre vencedora no certame, ficha de registro de empregado ou contrato social, conforme o caso.

3.11 - O contrato de prestação de serviços que se refira à obrigação futura do profissional em responder tecnicamente pelo licitante deverá especificar sua vinculação à execução integral da obra/serviço objeto desta licitação.

3.12 - O profissional indicado pelo licitante para fins de comprovação da capacidade técnica-profissional deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender as mesmas exigências deste Edital.

3.13 - Será admitido o somatório de atestados para comprovação da experiência anterior do Responsável Técnico.

3.14 - No caso de dois ou mais licitantes indicarem um mesmo profissional como responsável técnico todas serão inabilitadas.

3.15 - Não serão aceitos atestados e/ou Certidões de Acervos parciais, referente a serviços em andamento.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

3.16 - Observar no Termo de Referência às exigências para a Equipe Técnica Principal.

4 - HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1 - **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples ou de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação;

4.2 - **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante, para as demais pessoas jurídicas;

4.3 - Caso a licitante se encontre em processo de **recuperação judicial ou extrajudicial**, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente certificando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar da licitação, além de cumprir todos os demais requisitos de habilitação exigidos por este Edital.

4.4 - **Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:**

4.4.1 - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um):

$$ILG = \frac{ATIVO CIRCULANTE (AC) + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (RLP)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC) + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)}$$

$$ISG = \frac{ATIVO TOTAL (AT)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC) + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)}$$

$$ILC = \frac{ATIVO CIRCULANTE (AC)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC)}$$

4.4.2 - Quando qualquer dos índices for igual ou inferior a 1 (um), poderá o licitante atender ao requisito de habilitação demonstrando patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

4.5 - Os documentos referidos acima (BP e DRE) serão os já exigíveis na forma da lei, com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao SPED ou, se a empresa não estiver obrigada ao SPED, observando a data de exigibilidade do art. 1.078, I, do Código Civil.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

4.6 - **Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil**, apresentada pelo licitante, demonstrando o atendimento dos índices e coeficientes para cada exercício a que se referem as demonstrações contábeis, bem como demonstrando o patrimônio líquido mínimo exigido no último exercício.

4.7 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

4.8 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

4.9 - No caso de consórcio, se admitida a sua participação no edital, deverá haver a demonstração, por cada consorciado, do atendimento aos índices contábeis definidos neste Edital.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

ANEXO III – MODELOS DO EDITAL

ANEXO II.A - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO Nº 90006/2025

Empresa: (Nome da Empresa)

À SEDURB

Prezados Senhores,

1 - Compõem nossa Proposta os seguintes anexos:

1.1 - Proposta Comercial Detalhada, com a indicação do preço unitário de cada item e do preço global.

1.2 - Documentos exigidos para Habilitação.

1.3 - Dados Complementares para Assinatura do Contrato.

2 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3 - Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças, além de compreender a integralidade dos custos de direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, normas infralegais, nas convenções coletivas e nos termos de ajuste de conduta vigentes, de modo a se constituírem à única e total contraprestação pelo fornecimento dos itens.

4 - Indicamos a seguinte modalidade de garantia do contrato, conforme art. 96 da Lei nº 14.133/2021: _____

Atenciosamente,

(Nome do representante e assinatura)



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

ANEXO II.C - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA

Estes anexos se encontram disponíveis de forma editável (em excel) no site da SEDURB, no Link Licitações – <https://sedurb.es.gov.br/licitacoes>.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

ANEXO IV – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Contrato nº ____/_____
Pregão nº 90006/2025
Processo nº 2025-5GZ64
ID CidadES nº 2025.500E0600015.01.0009

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM
O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR
INTERMÉDIO DA SEDURB E A EMPRESA OU
CONSÓRCIO _____ PARA
ELABORAÇÃO DE ESTUDOS HIDROLÓGICOS,
HIDRÁULICOS E PROJETOS EXECUTIVOS DO
SISTEMA DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS DA
BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO NOVO, NO
MUNICÍPIOS DE PIÚMA/ES.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da **Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEDURB**, adiante denominada CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº _____ (preencher), com sede na **(endereço completo)**, representada legalmente pelo seu **(cargo e nome)**, nomeado(a) pelo Decreto/Portaria nº _____, de ____ de _____ de 20__ (preencher), publicada no DIO de ____ de _____ de 20__ (preencher), portador da Matrícula Funcional nº _____ (preencher) e a Empresa **(nome completo)**, doravante denominada CONTRATADA, com sede **(endereço completo)**, inscrita no CNPJ sob o nº _____ (preencher) neste ato representado(a) por **(nome e função no contratado)**, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, ajustam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS **PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS HIDROLÓGICOS, HIDRÁULICOS E PROJETOS EXECUTIVOS DO SISTEMA DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO NOVO, NO MUNICÍPIOS DE PIÚMA/ES**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 5.545-R/2023, de acordo com os termos do processo acima mencionado, parte integrante deste instrumento independente de transcrição, juntamente com a Proposta apresentada pela CONTRATADA, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste CONTRATO, que se regerá pelas Cláusulas Seguintes.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

1.1 - O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU CONSÓRCIO PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS HIDROLÓGICOS, HIDRÁULICOS E PROJETOS EXECUTIVOS DO SISTEMA DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO NOVO, NO MUNICÍPIOS DE PIÚMA/ES**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

1.2 - Integram este Contrato, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- (a) o Edital e todos os seus Anexos;
- (b) a Proposta Comercial da Contratada.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

2.1 - O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

2.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos (impostos etc.), encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

2.4 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, cujo termo inicial será _mês_/_ano_ (preencher).

2.5 - Após o interregno de um ano, mediante pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$$VR = \frac{V(I - I^0)}{I^0} \quad \text{onde:}$$

VR = Valor do reajuste;

V = Valor atual do contrato ou da parcela a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente ao mês-base;

I = Índice relativo ao mês de reajuste.

2.6 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

2.7 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

2.8 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

2.9 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, será adotado o novo índice definido para a Administração Estadual na contratação de serviços semelhantes.

2.10 - O reajuste de preços será formalizado por apostilamento.

2.11 - Os reajustes não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei 14.133/2021.

2.12 - O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

2.13 - O reequilíbrio econômico e financeiro, em qualquer de suas espécies, observará, conforme a natureza do objeto contratual, as regras previstas nos arts. 45 a 53 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023 e na Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto à renúncia irretratável por ausência de requerimento formal durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação (art. 46 do Decreto).

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2 - Será permitido o pagamento diretamente a qualquer uma das empresas que integrem consórcio, desde que tal preferência esteja expressamente manifestada, respeitada a proporcionalidade estabelecida no instrumento de constituição do consórcio.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1 - O prazo de execução do objeto será de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, sendo o prazo de vigência do contrato de 150 (cento e cinquenta) dias corridos com início no dia posterior ao da



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

publicação do respectivo instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PCNP, sendo finalizado com a entrega, recebimento e pagamento, na forma do art. 105 da Lei 14.133/2021.

4.2 - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado.

4.2.1 - A prorrogação automática deve ser registrada por apostilamento e instruída com a exposição das justificativas e o novo cronograma de execução e desembolso.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

5.2 - A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: _____ (preencher);
Fonte de Recursos: _____ (preencher);
Programa de Trabalho: _____ (preencher);
Elemento de Despesa: _____ (preencher);
Plano Interno: _____ (preencher).

5.3 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1 - A CONTRATADA prestará garantia de execução contratual no valor de R\$ _____ (preencher), na modalidade de _____ (preencher), correspondente a 5% (____por cento) do valor do contrato.

6.2 - O prazo de garantia de execução contratual e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.3 - Ocorrendo prorrogação de prazo ou aumento no valor contratual decorrente de acréscimos ou do reequilíbrio econômico-financeiro, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá a CONTRATADA proceder a renovação e/ou ao reforço da garantia inicial, proporcionalmente ao aumento de valor.

6.4 - A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias, inclusive nos casos de Termo Aditivo.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

6.4.1 - A inobservância do prazo fixado para apresentação ou renovação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), o qual poderá ser glosado de pagamentos devidos.

6.4.2 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

6.4.3 - A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base nesta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas em lei, sem prejuízo da manutenção da multa aplicada.

6.5 - Quando se tratar de consórcio, será permitido que seja apresentada a garantia integralmente pela empresa líder ou por qualquer das empresas consorciadas, ou, ainda, por cada uma das empresas consorciadas com os valores proporcionais à sua participação no consórcio.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA ENTREGA E RECEBIMENTO

7.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 - Compete à Contratada:

8.1.1 - Cumprir todas as obrigações, as condições e os prazos relativos a entrega do(s) produto(s) adquirido(s) e/ou da execução do(s) serviço(s) contratado(s), conforme definido no Termo de Referência;

8.1.2 - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;

8.1.3 - manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XVI do art. 92 da Lei Federal 14.133/2021;

8.1.4 - garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia e/ou vigência, conforme definido no Termo de Referência.

8.1.5 - Visando ao regular cumprimento do contrato firmado com a Administração Pública, a CONTRATADA, nos termos do Decreto nº 4.251-R, de 21 de maio de 2018,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

se obriga a efetivar a contratação de mão-de-obra necessária à execução da obra ou serviço advinda do sistema penitenciário estadual, no percentual de 6% (seis por cento) da mão-de-obra total para a execução do objeto contratual, nos termos da Lei complementar nº 879/2017;

8.1.6 - Demais obrigações conforme Termo de Referência e seus anexos.

8.2 - Compete à Contratante:

8.2.1 - efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;

8.2.2 - definir o local para entrega dos produtos adquiridos e/ou da execução dos serviços contratados, conforme definido no Termo de Referência;

8.2.3 - designar servidor(es) responsável(eis) pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos e/ou da execução do(s) serviço(s) contratado(s), conforme definido no Termo de Referência;

8.2.4 - Emitir decisão sobre eventuais solicitações ou reclamações relacionadas à execução dos contratos no prazo máximo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.2.5 - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.2.6 - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2.7 - Demais obrigações conforme Termo de Referência e seus anexos.

8.3 - Da Proteção de Dados Pessoais.

8.3.1 - Proteção de dados, coleta e tratamento. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais"), no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

8.3.2 - Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

8.3.3 - Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

8.3.3.1 - Notificar imediatamente a CONTRATANTE;

8.3.3.2 - Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento;
e

8.3.3.3 - Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

8.3.4 - As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

8.3.5 - As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

8.3.6 - A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

8.3.7 - Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

8.3.8 - A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

8.3.9 - As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

8.3.10 - **Transferência internacional.** É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

8.3.11 - Responsabilidade. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.

8.3.12 - Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante a CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

8.3.13 - A CONTRATADA deve colocar à disposição da CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

8.3.14 - A CONTRATADA deve auxiliar a CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.

8.3.15 - Se a CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

8.3.16 - Eliminação. Extinto o Contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a CONTRATANTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a CONTRATANTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

9 - CLÁUSULA NONA: DOS ADITAMENTOS

9.1 - O presente contrato poderá ser aditado, estritamente, nos termos previstos na Lei 14.133/2021, mediante manifestação formal da Procuradoria-Geral do Estado ou em conformidade com norma editada pela Procuradoria que dispense a análise jurídica.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, o contratado que:

- (a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- (b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- (c) der causa à inexecução total do contrato;
- (d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- (e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- (f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- (g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- (h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

10.2 - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1 - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei 14.133/2021);

10.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei 14.133/2021);

10.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei 14.133/2021);

10.2.4 - Multas (art. 156, II, e § 3º, da Lei 14.133/2021), observados os seguintes parâmetros:

10.2.4.1 - Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

10.2.4.2 - Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) incidente sobre o valor do contrato, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 10.1;

10.2.4.3 - Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor do contrato, para as infrações descritas nas alíneas “b” a “h” do subitem 10.1.

10.3 - O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção unilateral do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular, convertendo a multa moratória em multa compensatória (art. 162, parágrafo único, da Lei 14.133/2021).

10.4 - Em caso de reincidência, o valor total das multas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

10.5 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei 14.133/2021).

10.6 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

10.7 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei 14.133/2021):

- (a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- (b) as peculiaridades do caso concreto;
- (c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- (d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- (e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.8 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei 14.133/2021).

10.9 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

10.9.1 - Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a Administração deverá notificar o contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

10.9.2 - A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

10.9.3 - O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade de advertência será de 05 (cinco) dias úteis e de 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, e serão contados na forma do art. 183 da Lei 14.133/2021;

10.9.4 - O contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

10.9.5 - Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a Administração proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso, que deverá ser exercido nos termos da Lei 14.133/2021;

10.10 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei 14.133/2021).

10.11 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei 14.133/2021).

10.12 - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei 14.133/2021).

10.13 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei 14.133/2021.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

10.14 - Os débitos relativos a multas moratória e compensatória e as indenizações cabíveis poderão ser descontados dos valores devidos pela Administração ao contratado e, se insuficientes, a diferença poderá ser descontada da garantia prestada ou ser objeto de cobrança judicial (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

10.14.1 - Os débitos do contratado para com a Administração contratante poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos decorrentes de outros contratos administrativos que o contratado possua com o Estado do Espírito Santo.

10.15 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL, SOCIAL OU TRABALHISTA

11.1 - Constatado que o Contratado não se encontra em situação de regularidade fiscal, social ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

11.2 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

11.3 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo Contratado, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

11.4 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

11.5 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o Contratante informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

12.1 - A rescisão do Contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 137 a 139 da Lei 14.133/2021.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS

13.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do arts. 165 a 168 da Lei 14.133/2021.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1 - A execução do contrato será acompanhada pelo gestor e pelo fiscal designados pela autoridade competente do órgão ou entidade, os quais representarão a Administração e confirmarão o recebimento do objeto contratado, observadas as disposições deste contrato. Sem esse recebimento, não será permitido qualquer pagamento.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

15.1 - Representará a Contratada na execução do ajuste, como preposto, (preencher no momento de assinatura do contrato, com nome completo, nacionalidade, profissão e estado civil do representante da empresa).

15.2 - O representante da CONTRATADA deverá realizar o cadastro no Sistema Corporativo de Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais - EDOCS do Governo do Estado do Espírito Santo para envio e recebimento de documentos oficiais.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS CASOS OMISSOS

16.1 - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16.2 - Na ausência de prazo previamente estabelecido para o cumprimento de determinações emitidas pelo Contratante, será aplicado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de ciência formal da determinação pela Contratada. Esse prazo poderá ser prorrogado, a critério exclusivo do Contratante, mediante solicitação formal e devidamente justificada pela Contratada.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO

17.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

17.2 - Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Local, ____ de _____ de _____ (preencher).

Nome da Contratante
Representante (nome completo)
Documento de Identificação

Nome da Contratada
Representante (nome completo)
Documento de Identificação

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Contratação de empresa especializada para elaboração dos projetos executivos do sistema de manejo sustentável das águas do Vale do Orobó - Município de Piúma/ES

DATA BASE	DEZ/24
CONSULTORIA	
SEM DESONERAÇÃO	
FATOR K	2,38339
TRDE	1,20416

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	PREÇO UNIT	QUANT	PREÇO
1			SERVIÇOS PRELIMINARES				99.429,91
1.1			SONDAGEM				15.361,78
1.1.1	DER-ROD	99579	Mobilização e desmobilização de equipe e equipamento de sondagem SPT, inclusive deslocamento na Grande Vitória	Ud	R\$ 1.115,90	1,00	1.115,90
1.1.2	DER-ROD	99587	Sondagem de simples reconhecimento tipo SPT, incl. deslocamento local do equipamento até 500 m	m	R\$ 126,63	112,50	14.245,88
1.2			LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO				30.773,13
1.2.1	DER-EDIF	010512	Equipe topográfica para serviços simples de locação e nivelamento (incluindo equipamento, transporte e profissionais nível médio)	mês	R\$ 27.186,33	1,00	27.186,33
1.2.2	SICRO	1817720	Levantamento batimétrico multifeixe	km	R\$ 119,56	30,00	3.586,80
1.3			ESTUDOS GEOTÉCNICOS - ENSAIOS				53.295,00
1.3.1	DER-ROD	11447	Ensaio de Granulometria por Peneiramento e Sedimentação - por amostra	Ud	R\$ 309,07	6,00	1.854,42
1.3.2	DER-ROD	11451	Ensaio de Limites de Liquidez e Plasticidade - por amostra	Ud	R\$ 226,21	6,00	1.357,26
1.3.3	DER-ROD	11432	Ensaio de massa específica "In Situ"	Ud	R\$ 129,74	6,00	778,44
1.3.4	DER-ROD	11455	Ensaio de Umidade em Estufa (Natural), por amostra	Ud	R\$ 111,59	6,00	669,54
1.3.5	DER-ROD	11509	Ensaio de Análise Física do material a ser dragado - CONAMA 344/04 e 454/12	Ud	R\$ 2.211,15	6,00	13.266,90
1.3.6	DER-ROD	11508	Ensaio de Análise Química de material a ser dragado - CONAMA 454/12	Ud	R\$ 2.037,12	6,00	12.222,72
1.3.7	DER-ROD	11506	Ensaio de caracterização Ecotoxicológico de material a ser dragado - CONAMA 454/12	Ud	R\$ 3.857,62	6,00	23.145,72

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Contratação de empresa especializada para elaboração dos projetos executivos do sistema de manejo sustentável das águas do Vale do Orobó - Município de Piúma/ES

DATA BASE	DEZ/24
CONSULTORIA	
SEM DESONERAÇÃO	
FATOR K	2,38339
TRDE	1,20416

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	PREÇO UNIT	QUANT	PREÇO
2			ESTUDOS HIDROLÓGICOS / HIDRÁULICOS, AMBIENTAIS E ARQUEOLÓGICOS				105.309,95
2.1	SEDURB	HIDR1	Estudo Hidrológico	und	R\$ 14.474,64	1,00	14.474,64
2.2	SEDURB	HIDR2	Estudo Hidráulico e Solução de Engenharia	und	R\$ 45.621,29	1,00	45.621,29
2.3	SEDURB	AMB1	Elaboração de Estudo Ambiental, inclusive o Plano de Controle Ambiental - PCA, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS e o Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD, Levantamento Primário e Secundário da fauna local, incluindo documentos para autorização para seu manejo, caso necessário.	und	R\$ 34.080,00	1,00	34.080,00
2.4	SEDURB	ARQ1	Estudos e Relatórios Arqueológicos	und	R\$ 11.134,02	1,00	11.134,02
3			PROJETOS EXECUTIVOS, INCLUSIVE ORÇAMENTO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO				84.281,44
3.1	SEDURB	EXEC1	Projetos Executivos do Vale do Orobó	und	R\$ 63.205,60	1,00	63.205,60
3.2	SEDURB	EXEC2	Orçamento completo, incluso cronograma físico-financeiro	und	R\$ 21.075,84	1,00	21.075,84
TOTAL GERAL							R\$ 289.021,30

Observações:

- 1) Os preços dos serviços receberam a aplicação do TRDE e fator K.
- 2) Composições elaboradas pela equipe SEDURB.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Planejamento, Relações
e Documentação Urbana

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITENS	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	SUBTOTAIS	%	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4
VALE DO OROBÓ - PIÚMA/ES							
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	99.429,91	34,40%	99.429,91 100,00%			
1.1	SONDAGEM	15.361,78	5,32%	15.361,78 100,00%			
1.1.1	Mobilização e desmobilização de equipe e equipamento de sondagem SPT, inclusive deslocamento na Grande Vitória	1.115,90	0,39%	1.115,90 100,00%			
1.1.2	Sondagem de simples reconhecimento tipo SPT, incl. deslocamento local do equipamento até 500 m	14.245,88	4,93%	14.245,88 100,00%			
1.2	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO	30.773,13	10,65%	30.773,13 100,00%			
1.2.1	Equipe topográfica para serviços simples de locação e nivelamento (incluindo equipamento, transporte e profissionais nível médio)	27.186,33	9,41%	27.186,33 100,00%			
1.2.2	Levantamento batimétrico multifeixe	3.586,80	1,24%	3.586,80 100,00%			
1.3	ESTUDOS GEOTÉCNICOS - ENSAIOS	53.295,00	18,44%	53.295,00 100,00%			
1.3.1	Ensaio de Granulometria por Peneiramento e Sedimentação - por amostra	1.854,42	0,64%	1.854,42 100,00%			
1.3.2	Ensaio de Limites de Liquidez e Plasticidade - por amostra	1.357,26	0,47%	1.357,26 100,00%			
1.3.3	Ensaio de massa específica "In Situ"	778,44	0,27%	778,44 100,00%			
1.3.4	Ensaio de Umidade em Estufa (Natural), por amostra	669,54	0,23%	669,54 100,00%			
1.3.5	Ensaio de Análise Física do material a ser dragado - CONAMA 344/04 e 454/12	13.266,90	4,59%	13.266,90 100,00%			
1.3.6	Ensaio de Análise Química de material a ser dragado - CONAMA 454/12	12.222,72	4,23%	12.222,72 100,00%			
1.3.7	Ensaio de caracterização Ecotoxicológico de material a ser dragado - CONAMA 454/12	23.145,72	8,01%	23.145,72 100,00%			
2	ESTUDOS HIDROLÓGICOS / HIDRÁULICOS, AMBIENTAIS E ARQUEOLÓGICOS	105.309,95	36,44%		88.269,95 83,82%	17.040,00 16,18%	
2.1	Estudo Hidrológico	14.474,64	5,01%		14.474,64 100,00%		
2.2	Estudo Hidráulico e Solução de Engenharia	45.621,29	15,78%		45.621,29 100,00%		
2.3	Elaboração de Estudo Ambiental, inclusive o Plano de Controle Ambiental - PCA, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS e o Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD, Levantamento Primário e Secundário da fauna local, incluindo documentos para autorização para seu manejo, caso necessário.	34.080,00	11,79%		17.040,00 50,00%	17.040,00 50,00%	
2.4	Estudos e Relatórios Arqueológicos	11.134,02	3,85%		11.134,02 100,00%		
3	PROJETOS EXECUTIVOS, INCLUSIVE ORÇAMENTO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	84.281,44	29,16%			31.602,80 50,00%	52.678,64 62,50%
3.1	Projetos Executivos do Vale do Orobó	63.205,60	21,87%			31.602,80 50,00%	31.602,80 50,00%
3.2	Orçamento completo, incluso cronograma físico-financeiro	21.075,84	7,29%				21.075,84 100,00%
VALOR TOTAL (R\$)		289.021,30	100,00%				
TOTAL DO PERÍODO (R\$)				99.429,91	88.269,95	48.642,80	52.678,64
PORCENTAGEM DO PERÍODO (%)				34,40%	30,54%	16,83%	18,23%
TOTAL ACUMULADO (R\$)				99.429,91	187.699,86	236.342,66	289.021,30
PORCENTAGEM ACUMULADO (%)				34,40%	64,94%	81,77%	100,00%

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

NETTIE ALVES PAULO DE MORAES
MEMBRO (COMISSAO DE ATIVIDADES DE LICITACAO - SEDURB)
SEDURB - SEDURB - GOVES
assinado em 29/12/2025 17:40:27 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 29/12/2025 17:40:27 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por NETTIE ALVES PAULO DE MORAES (MEMBRO (COMISSAO DE ATIVIDADES DE LICITACAO - SEDURB) - SEDURB - SEDURB - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-W2N27B>